



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

GISLANIA DE FREITAS SILVA

**NUESTRA AMÉRICA:
O NACIONALISMO INTERNACIONALISTA DE JOSÉ MARTÍ**

**FORTALEZA
2013**

GISLANIA DE FREITAS SILVA

NUESTRA AMÉRICA:
O NACIONALISMO INTERNACIONALISTA DE JOSÉ MARTÍ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre no Mestrado em Sociologia. Área de concentração: Cultura, política e conflitos sociais.

Orientação: Profa. Dra. Alba Pinho de Carvalho

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação
Universidade Federal do
Ceará
Biblioteca de Ciências
Humanas

-
- S58n Silva, Gislania de Freitas.
Nuestra América : o nacionalismo internacionalista de José Martí / Gislania de Freitas Silva. –
2013.
105 f. , enc. ; 30 cm..
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Cultura, política e conflitos
sociais. Orientação: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de
Carvalho.
- 1.Martí, José, 1853-1895. Nuestra América – Crítica e interpretação. 2.Imperialismo.
3.Movimentos antiimperialistas – Cuba. 4.Movimentos de libertação nacional – Cuba.
5.Autodeterminação nacional – Cuba. I. Título.

GISLANIA DE FREITAS SILVA

NUESTRA AMÉRICA:
O NACIONALISMO INTERNACIONALISTA DE JOSÉ MARTÍ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre no Mestrado em Sociologia. Área de concentração: Cultura, política e conflitos sociais.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Alba Pinho de Carvalho (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Mônica Dias Martins

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Francisco Uribam Xavier de Holanda

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Eliana Costa Guerra

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

*À querida Maria de Freitas Silva (in memoriam),
estranhamente mais presente em sua ausência.
Saudades mãe.*

AGRADECIMENTOS

Acredito que, de alguma forma, tudo nesse Universo está interligado. Não existem acontecimentos fortuitos, tudo coopera para o crescimento dos que estão atentos. Em todas as circunstâncias e momentos, os bons e os não tão bons assim, esconde-se um tesouro ao alcance de todos. Sou grata ao Grande Uno pela experiência nesta vida.

A minha filha Mariana Lyra, que estava em meu ventre durante a confecção deste trabalho e foi o estímulo para sua conclusão. Amo você minha princesinha linda!

Aos meus familiares, agradeço a paciência e o constante estímulo, principalmente, a Gilvania Freitas, rocha inabalável, e aos meus irmãos Jéssica Ingrid e Thomas Yuri, meus filhos do coração e meus amores. E a José Rafael, meu querido Rafinha, companheiro de todas as horas, todo o meu carinho.

Às minhas queridas almas-irmãs, Iara Danielle, Aurineide Marques, Jamile Tajra, Cristina Aguiar e Cidinha, agradeço por escolherem caminhar comigo nessa jornada espiritual em busca de si mesmo. Vocês fazem meu jardim mais perfumado e colorido.

Aos queridíssimos amigos de birita, Danilo Celedônio, Rejânio Silva, Clésio Mendes, César Amário, Kedyne Ribeiro e Lilian Leitão, por me mostrarem o lado bom da vida e me ensinarem a não levá-la tão a sério. Que venham tantas outras noites agradáveis e inesquecíveis.

A professora Alba Pinho de Carvalho, minha orientadora, por todos os momentos em que esteve ao meu lado, pelo constante estímulo e parceria durante todo o curso de Mestrado.

A professora Mônica Dias Martins, pela companhia constante durante toda minha experiência acadêmica. As conversas, as trocas intelectuais e, principalmente, a confiança que sempre dedicou a mim.

À instituição em que trabalho, Liceu Professor Oscar Rodrigues, na pessoa do diretor, professor Plácido, e ao professor Sérgio Banhos, pelo apoio nos momentos necessários, minha sincera gratidão.

Cultivo una rosa blanca,
En julio como em enero,
Para el amigo sincero
Que me da su mano franca.

Y para el cruel que me arranca
El corazón con que vivo,
Cardo ni oruga cultivo:
Cultivo una rosa blanca.

(José Martí)

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é apresentar a singularidade do pensamento político do revolucionário cubano José Martí (1853 – 1895), enfocando os aspectos nacional e internacional de seu projeto político para a América Latina. Vivendo no contexto da expansão do domínio político e econômico estadunidense, presenciou e documentou em seus artigos para jornais e cartas pessoais, a entrada do continente americano na nova fase do capitalismo: o imperialismo. Destacaremos as peculiaridades das políticas estadunidenses para seus vizinhos do Sul e as propostas de emancipação para as repúblicas da Hispano-América formuladas por José Martí. Dessa forma, a ênfase recairá sobre seu projeto independentista para Cuba e a definição, em seus quadros analíticos e programas políticos, de *nuestra América* e a necessidade urgente de fundá-la e defendê-la, declarando sua segunda independência.

Palavras-chave: América Latina. Nacional. Internacional. Imperialismo.

ABSTRACT

This dissertation aims to present the singularities of the political thought of the Cuban revolutionary José Martí (1853-1895), focusing on the national and international aspects of his political project to Latin America. Having lived in the context of the expansion of the political economical dominance of the United States, Martí witnessed and documented in his personal letters and articles for newspapers the walk of the American continent into the new phase of Capitalism: the Imperialism. We will give special attention to the political peculiarities of the United States policies to its neighbors in the South and the proposals framed by José Martí for the emancipation of the Hispano-American republics. In this way, our emphasis will be on his project for the independence of Cuba and the definition, in his analytical frames and political agenda, of *Nuestra América*, and the urgent need to found and defend it, declaring its second independence.

Keywords: Latin America. National. International. Imperialism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: ENCONTRANDO JOSÉ MARTÍ E NUESTRA AMÉRICA.....	11
2. JOSÉ MARTÍ E O PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO: UM PRECURSOR DA PERSPECTIVA DESCOLONIAL.....	22
3. A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA.....	34
3.1 O Império Espanhol e as revoluções de independência.....	39
3.1.1 Vocabulário político na época das independências.....	43
3.2 Os Estados e as ideias interamericanas: perspectivas em disputa.....	46
4. CUBA NO ROL DAS INDEPENDÊNCIAS NA HISPANO-AMÉRICA	55
4.1 O Partido Revolucionário Cubano (PRC) e a revolução independentista cubana.....	70
5. O PROJETO POLÍTICO MARTIANO: NUESTRA AMÉRICA E A SEGUNDA INDEPENDÊNCIA CONTINENTAL.....	75
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
ANEXOS.....	98

1 INTRODUÇÃO: ENCONTRANDO JOSÉ MARTÍ E *NUUESTRA AMÉRICA*

(...) dígase hombre, y ya se dicen todos los derechos.

José Martí

Sempre me encantou a metáfora proposta por Wright Mills (2009) sobre a produção acadêmica como artesanato intelectual. A obra vai saindo das mãos, nem sempre precisas, do artesão, que lhe confere cores e formatos ao seu gosto, ao sabor de sua inspiração. Existem diversas maneiras eficazes de tecer, mas é o artesão que seleciona as cores e os trançados que darão forma à sua arte. O artesão, com seus dedos hábeis e mãos diligentes, desfaz todos os nós que surgem durante seu trabalho para que sua peça tenha um bom acabamento. Ao final, olha e reflete como pode fazer a próxima peça e melhorar a tessitura dos fios. Assim somos nós, artesãos intelectuais, reunindo cada fio de ideia e tecendo, pacientemente (às vezes, desesperadamente), sua obra. E, sempre sentindo que poderia ter feito melhor a tessitura e pensando na forma da próxima peça.

Como toda obra de arte, nosso artesanato intelectual está inserido em um contexto sociocultural e reflete as ideias dominantes do local onde está inserido, seja para reforçar, ou para refutar essas ideias. Assim, a trajetória do pesquisador é um elemento fundamental de sua obra e não pode ser negligenciada como algo de somenos importância.

Desde o início da minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará – UECE -, duas grandes paixões me acompanham: a História da América Latina e as discussões epistemológicas no âmbito das Ciências Humanas. Essas paixões guiaram minhas leituras e escolhas acadêmicas. Passei a participar do Observatório das Nacionalidades, onde tive a possibilidade de direcionar meus estudos acerca do processo histórico e sociocultural latino-americano. Foi a partir

da ótica das nacionalidades e estudando a singularidade da formação dos Estados nacionais americanos que me debrucei sobre essa rica região do globo, durante tanto tempo vilipendiada e estigmatizada por estudos eurocêntricos.

Em conversas com a professora Mônica Dias Martins¹, durante a disciplina Sociologia da América Latina, tive acesso à obra, ao pensamento de José Martí². O revolucionário e político cubano me impressionou com sua palavra viva e com sua perspectiva histórica continental singular, que o diferenciava dos demais intelectuais latino-americanos do século XIX, encantados com as ideias liberais e positivistas vindas da Europa. O jovem intelectual cubano não fugiu a essa matriz inicial, mas aos poucos, com o conhecimento do continente americano, sua peculiar visão foi se consolidando e expressando os anseios por uma América nova, que deixasse para trás os males coloniais e constituísse um governo original e autóctone, pautado nas necessidades reais dos seus povos.

A singular visão acerca da “pátria americana” insere José Martí no rol dos grandes pensadores na seara que hoje denominamos “pensamento descolonial”. Ao propor um projeto político e de ação que perpassaria todas as esferas sociais, da educação ao cultivo da terra, o poeta cubano delineia este “homem novo” e como este poderia transformar nossas repúblicas para que se tornassem uma nova América.

¹ Coordenadora do Observatório das Nacionalidades. Professora do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. Editora da Revista Tensões Mundiais.

² José Julián Martí Pérez nasceu no dia 28 de janeiro de 1853, numa casinha simples, em Havana. Filho de espanhóis pobres, cedo começou a ajudar o pai em pequenos trabalhos. Teve acesso a filosofia e política debatidas nos círculos acadêmicos cubanos com seu mestre, Rafael María de Mendive (1821-1886), que lhe proporcionou prosseguir com seus estudos, e o acesso à casa de nobres famílias havaneiras, como a de seu querido amigo, Fermín Valdés Domínguez (1852 – 1910). Aos 16 anos, foi preso acusado de crimes de infidência. Padeceu o presídio político numa pedreira. Em seguida, devido sua saúde debilitada, foi mandado a Isla de Piños, antes ser desterrado para a Espanha, onde finalizou seus estudos. Peregrinou por diversos países da América Latina, onde teve contato com a autoctonia americana, suas riquezas naturais e seus problemas. Passou os últimos anos de sua vida em Nova York, onde escreveu para diversos periódicos do continente, enquanto (re)articulava a luta independentista cubana, iniciada em 1868 (Guerra dos Dez Anos), com compatriotas residentes nos Estados Unidos. Faleceu em combate, em Boca de Dos Ríos, no dia 19 de maio de 1895.

Paralelamente às minhas pesquisas realizadas no âmbito do Observatório das Nacionalidades, dedicava-me avidamente a leituras que traziam polêmicas epistemológicas e punham em cheque as linhas mestras da ciência moderna. Edgar Morin, Fritjof Capra, Boaventura de Sousa Santos, Pierre Bourdieu e pesquisadores brasileiros, como Paulo Sgarbi e Inês Barbosa, abriram vias investigativas, trazendo momentos de deleite. Diversas foram as tardes embaixo de árvores, discutindo empolgadamente com amigos que se interessavam pelo campo da epistemologia. Recentemente, alguns autores dos chamados estudos descoloniais tem me despertado interesse, como Edgardo Lander e Aníbal Quijano. A cada leitura, sinto cada vez mais forte José Martí como um grande precursor desse inovador movimento descolonial, a fundar uma autonomia intelectual no continente latino-americano.

Concomitante a minha entrada no Mestrado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, fui aprovada em um concurso público para professor de Sociologia no Ensino Básico, circunstância essa que moldou minha trajetória acadêmica durante todo o curso do Mestrado. À medida que me familiarizava com o universo escolar mais me sentia dividida em minha identidade: professora ou estudante? Durante o desenvolvimento das disciplinas e a realização das leituras me sentia enfadada e constantemente esgotada e, nessa enxurrada de emoções e sensações, meu objetivo ao ingressar na pós-graduação ficava embotado: tornar-me uma profissional mais capacitada e habilitada a trabalhar com estudantes.

Com o tempo, fui me adaptando a essa rotina de trabalho e leituras. Não foi nada fácil. No entanto, encontrei algumas preciosas pérolas pelo caminho e minhas paixões iniciais se tornaram mais fortes e vivas. Descobri na prática docente, em meio aos colegas professores, grandes tesouros ao compartilhar conhecimento com meus jovens estudantes. Tornei-me uma pesquisadora mais atenta e uma “melhor” cientista social ao preparar aulas e me preocupar com as múltiplas dimensões de análise de uma temática e com a construção de uma linguagem adequada. Cada pergunta, cada questionamento me interpelavam a buscar conhecer mais e mais, ao

passo que minha pesquisa se alimentava com a preparação de cada encontro com meus estudantes. Ao incentivá-los aos estudos, me dedicava ao meu projeto, ao meu objeto, tentando encontrar lacunas e mitigá-las, acrescentando novos elementos, refletindo sobre as possíveis formas de apresentar o pensamento inquieto e inquietante de José Martí.

Partindo do ensaio *Nuestra América*³, busco apresentar elementos do pensamento político americanista e antiimperialista de José Martí. Pátria, nação, nacionalismo e internacionalismo são os eixos analíticos que guiaram o desenvolvimento dessa pesquisa, com o intuito de situar o intelectual cubano no conjunto do pensamento social latino-americano e marcar a singularidade de suas ideias sobre a América Latina.

O ensaio *Nuestra América* foi escrito por José Martí a pedido do editor de *La Revista Ilustrada de Nueva York*, Elías Losada y Plisé e, logo em seguida, reproduzido em *El Partido Liberal*, do México. No entanto, por estranho que possa parecer hoje, em que seus pensamentos e conceitos são amplamente utilizados por governantes latino-americanos e estudado por pesquisadores espalhados pelo mundo inteiro, o ensaio não foi bem acolhido pela intelectualidade da época, melhor dizendo, nem louvores nem críticas foram direcionadas a Martí. Simplesmente passou em brancas nuvens.

Para me acercar de seu pensamento, selecionei o que julgo ser o cerne de seu pensamento político e social, americanista e antiimperialista. Suas diversas crônicas conhecidas como *Escenas norteamericanas*⁴, publicadas em grandes periódicos da Hispano-América, permite ver o amadurecimento de suas ideias acerca da sociedade estadunidense e de seu nascente espírito imperialista. Dentre suas crônicas, destaco as escritas na ocasião da Conferência de Washington, realizada

³ O mais conhecido ensaio de José Martí - onde suas ideias estão circunscritas e podem ser apreciadas - foi publicado no periódico mexicano, *El Partido Liberal*, em 30 de janeiro de 1891. O ensaio está nos anexos deste trabalho.

⁴ Em sua conhecida carta testamento literário, escrita para seu amigo Gonzalo de Quesada y Aróstegui, em Montecristi, em meio aos preparativos da guerra, Martí diferencia sua obra em Norteamericanos, Hispanoamericanos, Escenas norteamericanas, Libros sobre América e Letras, educación y lectura (MARTÍ, 2010).

entre outubro de 1889 e abril de 1890, que reuniu diversos representantes do continente, escritas para o *La Nación*, de Buenos Aires.

Também julguei relevante no desenvolvimento desta pesquisa os documentos do partido fundado por José Martí para a organização da guerra independentista, o PRC – Partido Revolucionário Cubano. Dediquei-me a leitura e análise dos artigos publicados no periódico *Pátria*⁵, órgão de divulgação do partido, bem como de alguns documentos internos do partido. Cabe frisar, que o PRC era um partido diferente dos demais, cujo objetivo era articulação da guerra independentista e a organização da nova república a ser fundada em Cuba.

Ademais, foram escolhidas crônicas, artigos de jornal, bem como discursos públicos relevantes para a compreensão do pensamento martiano e a elucidação dos aspectos que circunscrevem meu estudo, cabendo destacar: o artigo *Vindicación de Cuba*, em que Martí defende os cubanos do ataque mordaz dos anexionistas; os discursos *Con todos y para el bien de todos* e *Los pinos nuevos*, pronunciados nos dias 26 e 27 de novembro de 1891, para os imigrantes presentes ao Liceu Cubano de Tampa, nos Estados Unidos.

Inegavelmente, toda seleção de texto é arbitrária, principalmente quando se pretende acercar uma obra da envergadura de José Martí. Selecionei para apresentar o aspecto político de sua obra que me interessa particularmente e lançar luz sobre o que chamo de *internacionalismo martiano* e sua faceta americanista. Utilizando cautelosamente o método da análise do conteúdo, dediquei-me a esmiuçar o pensamento martiano, tendo claro que a compreensão de suas ideias e de sua ação política não podem ser dissociadas de sua peculiar visão da história e do destino da América, que tento traçar em suas linhas gerais.

Para empreender a análise dos conteúdos contidos na obra martiana, trabalhei com núcleos temáticos visando agrupar textos com problemáticas afins, o que possibilita desvendar o fio condutor que imprime coerência à obra. Os núcleos foram: **1) escritos sobre educação**, em que Martí aponta caminhos para o

surgimento de uma nova América, com seus povos a par de seu tempo histórico, delineando o homem novo que deveria forjar nossa América; **2) crônicas estadunidenses**, que permite observar o amadurecimento de Martí ante a realidade social da outra América, vê-la não como um bloco monolítico, mas suas análises são temperadas com equilíbrio, sendo o resgate dos Estados Unidos da metalização e da frieza de sentimentos parte complementar de seu projeto americanista; **3) hispano-americanos**, no qual pode-se apreciar o contato de Martí com a autoctonia continental e o desenvolvimento de suas ideias acerca da história e do futuro do continente, cabalmente delineado no ensaio *Nuestra América*; e, 4) artigos revolucionários, publicados no *Pátria*, contendo as diretrizes políticas e ideológicas do movimento independentista cubano, o caráter da revolução e seu desdobramento continental.

Feito esse arranjo, delinee os eixos analíticos – pátria, nação, nacionalismo e internacionalismo – que orientaram meu exame sistemático da produção martiana, buscando elucidar os seguintes aspectos:

- Sua perspectiva de independência/emancipação, de aspiração continental, visando empreender a segunda independência da Hispano - América;
- Sua concepção de pátria, que aparece como um dever do qual nenhum homem deve fugir, e que orienta seu ideário político e revolucionário;
- Seu americanismo, que engloba as duas partes do continente, visando resgatar a América de seus males políticos e sociais, decorrentes do colonialismo e da metalização oriunda do seu modelo de desenvolvimento;
- Suas concepções de nacionalismo e internacionalismo, que aparecem indissociáveis. A segunda independência das repúblicas

⁵ O primeiro número do *Pátria* saiu no dia 14 de março de 1892. O periódico era financiado por cubanos e portoriquenhos emigrados nos Estados Unidos.

hispano – americanas, propugnadas por Martí, tem um caráter eminentemente internacional, associado à luta independentista nacional cubana.

Ademais, a participação em eventos como a ALAS e a ANPOCS foram de suma importância pela troca de ideias que sempre acompanham a exposição de nossos trabalhos acadêmicos em GTs. As avaliações de professores especialistas no campo de análises da América Latina na ANPOCS mostraram minhas limitações e onde deveria melhorar, estimulando vôos mais altos. Durante a realização da ALAS, em Recife, tive contato com estudantes integrante da Cátedra José Martí, da Universidade Federal de Pernambuco. A troca de experiências e as conversas agradáveis possibilitaram acesso a vários títulos de Martí bem como o de estudiosos de sua vasta obra.

Uma das principais dificuldades encontradas ao longo da dessa pesquisa foi encontrar material sobre Martí e seus próprios escritos em bibliotecas e livrarias locais. Uma boa parte das obras a que tenho acesso foram presentes de amigos e professores que viajaram a capitais latino-americanas onde participaram de congressos e eventos acadêmicos. Os livros editados em português são coletâneas dos textos mais emblemáticos da vasta obra martiana. De grande valia foi o site do *Centro de Estudios Martianos*⁶, com sede em Havana, Cuba. Neste site, tem-se acesso à edição crítica da obra martiana, permitindo aos estudiosos do mundo inteiro contato com os escritos originais, bem como a estudos realizados por pesquisadores de sua obra.

José Julián Martí Pérez teve uma trajetória de vida que encanta pela coerência entre suas palavras e suas ações, imprimindo força ao seu pensamento revolucionário e instigando aos desejosos de uma nova ordem societária mais igualitária e justa. Sua trágica e prematura morte nos campos de batalha é a conclusão de uma vida dedicada ao *bem de todos*. *El Maestro, el Delegado*, foi um

⁶ www.ecured.cu/index.php/Centro_de_Estudios_Martianos

grande pensador cubano que via na independência de sua terra natal o começo da verdadeira libertação continental. Preso político e exilado desde os 16 anos, passou a maior parte da sua vida longe de sua amada Cuba. No entanto, a distância não arrefeceu o ânimo de seu coração e a causa independentista foi a luta de sua existência.

Na perspectiva martiana, Cuba livre serviria a dois propósitos imediatos. Primeiro, ser um protótipo para as demais repúblicas latinas, pois nela se constituiria um governo original, autóctone, com raízes fincadas no solo americano, marcado por um processo histórico singular. Segundo, conter a marcha imperialista⁷ estadunidense, pois o status de colônia da ilha caribenha favoreceria suas ações no continente pela porta antilhana.

A partir da aguda percepção da política exterior norte-americana, com parlamentares e periódicos disseminando ideias do quão natural seria estender sua atuação ao Sul do continente, lugar de “mestiços degenerados”⁸, Martí idealizou um plano ousado de defesa, demarcatório de uma identidade continental diversa. Sustenta que “povos novos”, constitutivos da Hispano América, são natural, essencial e culturalmente distintos. Assim, declara:

A incapacidade não está no país nascente, que pede formas adequadas e grandeza útil, e sim naqueles que querem reger povos originais, de composição singular e violenta, com leis herdadas de quatro séculos de prática livre nos Estados Unidos e dezenove séculos de monarquia na França.
(MARTÍ, 2006, p. 175)

⁷ Por imperialismo compreendo a supressão da livre concorrência do sistema capitalista e sua substituição pelo predomínio dos monopólios, assentado na expansão do capital financeiro (LENINE, 2005). Cabe ressaltar que, apesar do conceito de imperialismo, tal como foi consagrado nas Ciências Sociais, ter surgido alguns anos mais tarde, adentrando o século XX, as descrições e análises de José Martí acerca da expansão da economia estadunidense, bem como sua feição monopolista, foram ricamente descritos e configurados em diversas *Escenas Norteamericanas*, onde o termo é utilizado diversas vezes com uma precisão que assombra por seu “caráter premonitório”, que antecipa a atuação daquela que viria a ser a grande potência do século XX, e por sua lucidez e ousadia ao denunciar as intenções imperialistas de nosso vizinho.

⁸ A esse respeito ver Schwarcz (2010) e Souza (2011).

Durante sua estadia no México, na Guatemala e, posteriormente, na Venezuela, se articularam as ideias a respeito da natureza e dos povos de nossa América. No entanto, seu projeto político exposto no ensaio *Nuestra América*, só pode ser consolidado ao longo dos quinze anos em que viveu nos Estados Unidos, quando ficou patente a brutal diferença entre “as duas partes” que compunham o continente americano.

Mas que Estados-nação constituiriam, então, *nuestra América*? A que povos Martí aludia? De seus escritos, posso inferir que o autor refere-se com essa expressão à Hispano América. De fato, o Brasil pouco é mencionado em sua obra e, em contraposição aos Estados Unidos, se compõe a identidade que ele define de maneira apaixonada⁹. É meu interesse apresentar esse processo de configuração de *nuestra América* em seus matizes políticos, ideológicos, históricos e sociológicos, pois o mesmo se deu numa conjuntura internacional e atendeu a demandas específicas, sem o que sua (re)leitura ficaria incompleta.

Cabe destacar que, ao me aproximar da obra martiana a partir da problemática da nacionalidade - constante em seus escritos - tive o cuidado de não enquadrá-la em esquemas analíticos rígidos mas sim, a partir de leitura crítica e análise cuidadosa, contribuir para a produção acadêmica acerca das nacionalidades na América. Ademais, o debate foi empreendido levando-se em consideração o fato de não haver consenso analítico quando o tema é a nação e suas variantes.

Como processo complexo e postergado nos estudos acadêmicos, a formação e estruturação dos Estados-nação americanos merecem atenção e esclarecimentos, pois muito se tem a ganhar com a análise comparativa nos estudos do nacionalismo, à medida que a América é um celeiro de experiências silenciadas pelo *colonialismo epistêmico* que acomete grande parte da intelectualidade latino-americana. A formação dos Estados nacionais americanos seguem linhas históricas singulares e devem ser verificados numa tentativa de expor suas especificidades.

⁹ É interessante a ausência do Brasil dos quadros analíticos martianos. Nossa América refere-se às jovens repúblicas hispânicas e não incorporava a monarquia brasileira. De fato, a política internacional imperial era ambivalente em relação aos seus vizinhos, identificando-se mais com os antigos impérios

Nessa perspectiva, busco compreender a desagregação do império mundial espanhol e a independência de Cuba como o desfecho histórico da campanha iniciada em princípios do século XIX, situando tais processos, intrinsecamente vinculados ao sistema-mundo capitalista que adentrava, no ocaso deste século, em sua fase monopolista. A luta revolucionária, inflamada por José Martí, ocorre em um momento histórico no qual o antigo colonialismo e o imperialismo nascente se confrontam e preparam o cenário para uma nova fase das relações internacionais no continente americano, sob a égide estadunidense e sua voraz política expansionista. As ideias martianas de pátria e nação não podem ser compreendidas sem sua faceta anticolonialista e antiimperialista, ou seja, sem sua face internacionalista que aspira empreender uma segunda independência continental, agora da influência do poderoso vizinho do Norte.

A dinâmica expositiva dos resultados dessa investigação está circunscrita em quatro segmentos. No primeiro segmento, traço um esboço do pensamento social latino-americano, sob uma perspectiva da epistemologia do Sul, para situar Martí no quadro das ideias sobre a América Latina e apontá-lo como precursor do movimento hoje denominado de *pensamento descolonial*.

No segundo segmento, apresento um retrospecto da formação dos Estados nacionais na América Latina e sua singularidade no concerto das nações modernas. Para captar diversos aspectos dos movimentos de independência, incluí um quadro político e ideológico das ideias interamericanas, surgidas na esteira desses movimentos. Um resgate do vocabulário político da época das independências foi necessário para evitar incorrer em anacronismos e, sobretudo, destacar as ideias de Martí acerca dos termos pátria, nação, nacional e internacional.

No terceiro segmento, traço as linhas gerais da formação do Estado nacional cubano, marcando os principais pontos da longa luta independentista. Nesse cenário, a atuação do PRC como agente articulador é fundamental para levar a cabo os propósitos revolucionários.

No quarto segmento, detenho-me com mais cuidado na obra de José Martí e apresento conceitos que reputo importante para apreensão de seu projeto político para a América Latina. Partindo do ensaio *Nuestra América*, destaco elementos do projeto político martiano para a Hispano-América. De abrangência continental, suas propostas ultrapassam as fronteiras cubanas e se expandem para abranger as jovens repúblicas, saturadas de males e vícios coloniais.

Compreender o pensamento martiano, atual em suas problematizações e seu alcance, é fundamental para visualizar os rumos tomados pela América Latina enquanto entidade política e social e seu papel, cada vez de maior destaque, num mundo multilateral. O chamado Socialismo no século XXI, de clara inspiração bolivariana, resgata, na conjuntura neoliberal latino-americana, as aspirações martianas presentes em seus escritos políticos, um governo atento ao seu povo e fundado na realidade social, forjada por séculos de dominação e espoliação. “Os governadores, nas repúblicas de índio, aprendem índio” (MARTÍ, 2007, p.57).

2 JOSÉ MARTÍ E O PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO: UM PERCURSOR DA PERSPECTIVA DESCOLONIAL

(...) nem haveremos de olhar com os olhos de filho o que é alheio, nem com olhos de apóstata ao que é nosso, nem haveremos de ceder a esta voz de cansaço e agonia que vem do nosso espírito, apavorado com o rumor dos homens. Sobrará tempo, na noite solene, para chorar na alcova silenciosa: durante o dia a tarefa universal, o bem-estar de nossos filhos e a formação de nossa pátria nos reclamam.

José Martí

Immanuel Wallerstein (2001), ao lançar o olhar sobre a modernidade ocidental, traça novos rumos analíticos e promove uma profunda ruptura no que concerne a compreensão dos elementos histórico-sociais que permitiram ultrapassar o regime feudal e consolidar um sistema–mundo capitalista moderno. Compreender o lugar das Américas nesse novo cenário é relevante ao passo que nos permite desvelar aspectos violentos e colonizadores de “nossa modernidade”.

Para Wallerstein, não existem estágios de desenvolvimento no capitalismo, como quer fazer supor a tão aclamada dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento. A própria estrutura do sistema do capital requer a organização centro-periferia, pois sem esta seus fundamentos – exploração e lucro - não seriam possíveis. Esses “diversos estágios” inerentes ao caráter do sistema mundial, estruturado em centro, semiperiferias e periferias.

No sistema-mundo capitalista há, desde os seus primórdios, uma transnacionalidade das cadeias mercantis que delimitam e estabelecem, de forma velada, relações bem definidas entre centros e periferias. Ao longo dos processos de expansão do capital, o excedente produzido nas periferias é enviado para os centros, aumentando a base fiscal necessária para o fortalecimento dos Estados receptores. Forjam-se relações desiguais entre Estados, garantindo, mediante o uso da força quando necessário - no colonialismo, por exemplo - a manutenção das redes de expropriação de riquezas e acúmulo de capital.

A concentração de capital nas áreas centrais criou tanto a base fiscal quanto a motivação política para a formação de aparatos estatais relativamente fortes, dotados de capacidade, entre outras, de assegurar que os aparatos estatais das áreas periféricas permanecessem ou se tornassem mais fracos. Por isso, os aparatos centrais puderam pressionar os periféricos a aceitar (e mesmo promover) em suas jurisdições uma maior especialização em tarefas inferiores da cadeia mercantil, utilizando força de trabalho com menor remuneração e criando (reforçando) as estruturas domiciliares que permitiam a sobrevivência dessa força de trabalho. Assim, o capitalismo histórico criou diferentes níveis de salário, os quais se tornaram dramaticamente divergentes nas diferentes regiões do sistema-mundo. (WALLERSTEIN, 2001, p. 30).

Nos sistemas históricos anteriores ao capitalismo, quase toda força de trabalho era fixa e concentrada em unidades produtivas domiciliares e as relações eram quase que predominantemente baseadas no parentesco. No capitalismo, houve uma proletarianização do trabalho, ao passo em que se empreendeu uma divisão, classificando-o em produtivo ou improdutivo. O trabalho é considerado produtivo quando o trabalhador, na mercantilização da força de trabalho, recebe uma remuneração em dinheiro (salário), produzindo mais-valia a garantir o acúmulo do capital; e o improdutivo é todo o trabalho que não produz excedente, ou seja, voltado para a subsistência do trabalhador e de sua família. Contudo, cabe explicar a relação que foi estabelecida entre o trabalho classificado como produtivo e o homem adulto, produzindo no “local de trabalho”, enquanto que o trabalho reputado improdutivo foi associado à mulher, ao domicílio. De fato, em outros sistemas históricos havia divisão sexual do trabalho. O que o capitalismo traz de novo é a crescente valorização do trabalho masculino (produtivo) e a concomitante desvalorização do trabalho feminino (improdutivo). Nesse contexto, tem-se pela primeira vez a institucionalização do sexismo (WALLERSTEIN, 2001).

Ao longo de seu desenvolvimento e consolidação como modo de organização dominante, o capitalismo engendrou não somente uma nova estrutura econômica e material, mas alterou profundamente a percepção que os sujeitos têm de seu lugar no mundo. Foram forjadas e naturalizadas relações assimétricas entre homens e mulheres, entre negros e brancos, entre classes sociais distintas, bem como

entre os Estados nacionais, constituindo concepções de mundo, imaginários que garantam a manutenção da ordem caótica do sistema que submete todos aos seus ditames e suas contradições. A riqueza produzida no capitalismo supera em muito a dos outros sistemas históricos anteriores. No entanto, nunca tantas pessoas foram excluídas das benesses da riqueza socialmente produzida. Todos os sistemas históricos engendram contradições internas que levam ao seu fim. O capitalismo e a ideologia neoliberal dominante se encontram cada vez mais em situações contraditórias para as quais não possuem respostas satisfatórias. De fato, o sistema do capital é a contradição em processo e, no século XXI, esta contraditoriedade constitutiva consubstancia-se em crise estrutural (CARVALHO, 2012).

Uma interpelação analítica que se impõe nos percursos investigativos do sistema do capital é circunscrever a sua inserção na América Latina, na articulação orgânica entre expansão do capital e colonialismo, encarnada nas violências impostas aos povos originários que perpassam a economia e a cultura, gestando submissão e invisibilidades. O colonialismo e a subalternidade expandem-se nos diferentes domínios da vida, expressando-se no campo do conhecimento. É o colonialismo epistêmico (SANTOS e MENEZES, 2010)

Com a chegada dos europeus na América e a consolidação de um sistema-mundo integrado - colonial/moderno -, estabeleceu-se um novo modelo de relações intersubjetivas que acabaram por colonizar as formas de conhecimento não-europeias. Aníbal Quijano (2005), ao tratar da consolidação do eurocentrismo como modelo dominante nesse novo universo colonial/moderno, demarca três momentos, no âmbito das relações intersubjetivas de dominação, nos quais os saberes locais são suplantados por universalismos, e o que não se adéqua é simplesmente descartado como inútil e desnecessário. Senão, vejamos: no primeiro momento, os colonizadores expropriaram os colonizados das ideias que poderiam ser utilizadas para o fortalecimento do sistema nascente, como por exemplo, cultivo da terra de maneira mais equilibrada, garantindo sua manutenção; segundo, reprimiram formas de conhecimento dos colonizados (*epistemicídio*), tratando como caos, desordem, irracionalidade tudo o que não era apreendido pela racionalidade moderna; e, por

último, forçaram os colonizados a aprenderem a cultura dos dominadores. Dessa forma, “(...) a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.” (QUIJANO, 2005, p. 231)

A ideia eurocêntrica de modernidade difundida pelas ciências sociais revestiu-se de um caráter ideológico e serviu de base para estudos que acabaram por reproduzir e *naturalizar* desigualdades econômicas oriundas do sistema capitalista em outros âmbitos da sociedade, sobretudo, na produção intelectual. A ignorância colonialista impede que se enxergue o outro como igual. A modernidade ocidental é, em suas origens, colonialista, e o saber engendrado em seu bojo traz consigo invisibilidades ao instituir o primado da razão e da ciência como saberes legítimos e verdadeiros, desqualificando, dessa forma, tudo o que não passe pelo crivo desse novo modelo de racionalidade, que se impõe como o único instrumento válido para a compreensão do mundo social e da natureza.

Assim, partindo de um olhar eurocêntrico, foi erigido o edifício da ciência que introduziu hierarquias que acabaram por ser naturalizadas. Os saberes são mutilados, o que impede uma análise satisfatória e mais verossímil da realidade, reforçando as invisibilidades e todas as formas de dominação sexista, racista, econômica e epistemológica.

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvidas mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. (...) *uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica, colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo.* (QUIJANO, 2005, pp. 235-236, grifo nosso)

O eurocentrismo e seus universalismos forjam a matriz cultural sobre a qual se assenta o sistema-mundo capitalista, estando o indivíduo no centro dos debates e ações políticas. Contudo, todos os sistemas históricos trazem em si contradições internas que levam ao seu fim. No capitalismo, três contradições são mais evidentes: a acumulação, a legitimidade política e a agenda cultural. Hoje, a crise do sistema reflete a impossibilidade da resolução satisfatória dessas três contradições.

O silenciamento e a mutilação que acometeram as Ciências Sociais desde seus primórdios, limitam a compreensão da modernidade por não revelar a outra face, ou seja, o mundo periférico colonial, perpetuando o mito da modernidade ocidental e todas as ideias universalistas, inclusive em âmbito local. Em verdade, as Ciências Sociais são monoculturais, isto é, por trás dos conceitos está a cultura ocidental e é problemático aplicar estes conceitos à realidades não-ocidentais (SANTOS, 2009).

Interessante é a perspectiva trabalhada por Enrique Dussel (2005) ao se debruçar sobre a Modernidade Ocidental. O Autor nos apresenta dois conceitos de modernidade. O primeiro eurocêntrico, provinciano, regional que toma como ponto de partida para a modernidade fenômenos intra-Europeus. O segundo toma como referencial histórico/factual o ano de 1492, quando os primeiros navegantes chegam a América. Nesse momento inicia-se uma história mundial e sua primeira faceta é o mercantilismo.

Ao propor um ponto de partida diverso para a modernidade, Dussel quer trazer o *Outro* para a cena, como promotor e elemento do debate. Ao romper com o eurocentrismo é possível mostrar a face oculta e violenta da modernidade e sua ambigüidade ao comportar, em um só movimento, a razão e a irracionalidade. No entanto, não propõe uma negação da razão, mas a negação da racionalidade eurocêntrica e seu mito civilizatório.

O sistema-mundo capitalista, como modo de produção, já nasce globalizado e essa característica se expressa nas relações políticas e econômicas existentes entre as colônias e as metrópoles. A concepção descolonial reside no reconhecimento de que, apesar de o colonialismo político formal ter cessado, o colonialismo persiste, presente em diversos processos excludentes, silenciando saberes e práticas

tradicionais locais, impedindo o fluxo de informações e conhecimentos. Essa característica da razão indolente (a racionalidade moderna /ocidental) esvazia de conteúdos as alternativas ao sistema neoliberal, fazendo com que o fatalismo da difundida ideia “não há opção ao capitalismo” ganhe ares de verdade. (SANTOS, 2010)

O sentido da transição paradigmática, tal como apregoada por Boaventura Santos (2009, 2010 a, 2010 b), é gerar uma nova racionalidade mais ampla e capaz de dar voz aos que foram socialmente silenciados pela violência do capitalismo moderno e sua racionalidade indolente e mutilada. Nesse sentido, o Autor fala de uma “dupla ruptura epistemológica”: a primeira separa ciência moderna e senso comum; a segunda reside na transformação do saber científico em um novo senso comum, rico e assente num diálogo horizontal entre as diversas culturas e saberes. Esse novo processo de produção do conhecimento tem por objetivo lutar contra as invisibilidades engendradas pela racionalidade moderna, dar voz aos diversos atores sociais e focar suas lutas.

A Ciência, nos marcos da ciência moderna, ganhou força e se enraizou na cultura política da modernidade ocidental como um *locus* privilegiado do saber verdadeiro e legítimo, determinando quem é apto ou não para fazer parte do seleto grupo de cientistas e tomando como incompleto e desnecessário os demais saberes. Para se desenvolver, o sistema-mundo necessitou formular teorias e ideias que respaldassem suas ações de extermínio e expansão, de destruição e saques. O saber científico, amparado em conceitos como progresso, evolução, democracia e liberdade, legitimou práticas racistas, sexistas e todo tipo de exclusão, exploração e domínio. A radical separação entre as duas grandes áreas do conhecimento, saber científico (racional) e Filosofia (especulativa e sem método), ao cindir a busca da verdade da busca do bem e do belo, fundamenta o exercício das violências do colonialismo (SANTOS E MENEZES, 2010).

O *campo* das ciências sociais, como os demais existentes na sociedade, é um espaço de disputas. A estrutura desse campo é estabelecida pela distribuição do capital, em nosso caso, *capital científico*, que legitima discursos e ações. Esse capital científico reside no reconhecimento, dado por pares-concorrentes, e da “competência” em sua especialidade, que proporciona a autoridade no interior do campo científico

(BOURDIEU, 2004). No entanto, como relações de forças, os agentes e instituições do campo, detentores de grande capital simbólico, não estão imunes aos questionamentos e as tentativas de outros agentes em mudar as *regras do jogo*.

Os campos de poder são relações de forças entre as posições sociais. As diferentes classes e frações de classe travam uma luta simbólica para imporem sua visão de mundo e suas posições ideológicas que reproduzem o campo das posições sociais. O monopólio da violência simbólica legítima implica no poder de impor instrumentos de conhecimento e expressão da realidade social (arbitrários). Os símbolos tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social, o que contribui para a manutenção da ordem.

(...) campo de poder (...) entendendo por tal as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder (...). (BOURDIEU, 2009, pp. 28-29).

Os que ocupam posição dominante dentro de um referido campo tenderão a adotar estratégias conservadoras. Os que estão na parte inferior de tal campo possuem duas opções: ou acatam e aceitam sua posição subalterna ou se revoltam (o que Bourdieu denominou *movimentos heréticos*). No entanto, dada a inculcação da estruturas por meio do habitus, provavelmente a maioria aceitará sem questionamentos sua posição inferior, podendo, inclusive, reproduzir o discurso meritocrático e acreditar na sua inferioridade. Não obstante, dadas as relações de força dentro do campo em dado momento, bem como o surgimento de condições objetivas da contestação do poder dominante, os sujeitos podem se insurgir e tentar modificar sua posição na hierarquia (ruptura cognitiva).

Os estudiosos da perspectiva descolonial se esforçam por mudar o jogo de forças dentro do campo das ciências sociais, questionando os conceitos basilares dessa ciência, tais como modernidade, universalidade, civilização e progresso, que não são apenas categorias analíticas, mas tornaram-se proposições normativas, um *dever ser necessário* e *desejado* por todos os demais povos do planeta. Levantam a voz contra a naturalização do modelo societário neoliberal como o melhor e o único possível.

No pensamento social latino-americano, seja no interior do continente ou fora dele – e sem chegar a construir um corpo coerente – produziu-se uma ampla gama de buscas, de formas alternativas do conhecer, questionando-se o caráter colonial/eurocêntrico dos saberes sociais sobre o continente, o regime de separações que lhe servem de fundamento e a ideia mesma da modernidade como modelo civilizatório universal (LANDER, 2005, p. 19)

Os debates em torno do colonialismo na contemporaneidade, enfocando o colonialismo epistêmico no campo da produção do conhecimento, impõem a necessidade urgente de repensarmos nossa própria prática enquanto cientistas. Devemos tomar como objeto a luta pelo *monopólio da verdade*, lembrando que os próprios critérios de classificação são produtos de lutas simbólicas. “Desvendar” o real, as lutas simbólicas, nos oferece possibilidades para introduzirmos “elementos modificadores”, na medida em que se descobrem os mecanismos da violência simbólica. Essa mesma só se exerce sobre os sujeitos enquanto está oculta, pois “(...) a dominação implica no desconhecimento dos fundamentos verdadeiros de dominação” (BOURDIEU, 1988, p. 19). É necessário refletirmos sobre nossa produção de conhecimento e o lugar que ocupamos no campo científico para fazermos frente ao padrão hegemônico da colonialidade do poder, que acaba por encerrar saberes em prisões de esquecimento para manter incólume a dominação em diversos âmbitos da sociedade.

Nesse sentido, a ausência de Martí dos quadros mais amplos da discussão em torno do pensamento social latino-americano, no Brasil, é consequência da cegueira epistemológica a nós legada pelo colonialismo, aqui compreendido como uma “gramática social” geradora de ausências (SANTOS, 2010). De fato, como sugere o ensaísta cubano Roberto Fernandez Retamar, “(...) essa carencia de familiaridad no es sino nueva prueba de nuestro sometimiento a la perspectiva colonizadora de la historia que se nos há imposto, y nos há evaporado nombres, fechas, circunstancias, verdades” (RETAMAR, 2005, p. 41).

José Martí nos apresenta um novo entendimento da realidade americana em sua interpretação peculiar do processo histórico do Continente. A análise martiana desafiou pensadores aclamados, como o escritor e ex-presidente argentino Domingo Faustino Sarmiento, pois, para o líder da independência cubana, o Norte não nos servia de modelo, ao contrário, os povos da Hispano-América deveriam resgatar o que tinha de original e autóctone, sua identidade forjada no embate violento de duas grandes culturas, a dos colonizadores e a dos colonizados. Suas ideias sobre a América Hispânica ultrapassam a mera aproximação geográfica e a coincidência lingüística. O elemento de ligação entre as diversas repúblicas que conformavam uma identidade diversa e singular era a autoctonia de seu povo, forjado no embate entre duas grandes civilizações.

Interrumpida por la conquista La obra natural y majestuosa de La civilización americana, se creó con el advenimiento de los europeos un pueblo extraño, no español, porque la savia nueva rechaza el cuerpo viejo; no indígena, porque se ha sufrido la injerencia de una civilización devastadora, dos palabras que, siendo un antagonismo, constituyen un proceso; se creó un pueblo mestizo en la forma, que con la reconquista de su libertad, desenvuelve y restaura su alma propia (MARTÍ, 2005, p 08)

Martí empreende uma crítica à razão indolente ao passo que nega a explicação europeia para a nossa realidade americana. Compreendia que teorias, ideologias e análises estrangeiras não poderiam ser aplicadas indiscriminadamente à nossa realidade. Daí sua ênfase para que se construa uma literatura nacional,

autóctone, que revele nossa natureza, nossa gente, nossa cultura com um olhar amante, como um filho que olha a mãe que tanto quer bem.

(...) nem haveremos de olhar com os olhos de filho o que é alheio, nem com olhos de apóstata ao que é nosso, nem haveremos de ceder a esta voz de cansaço e agonia que vem do nosso espírito, apavorado com o rumor dos homens. Sobrará tempo, na noite solene, para chorar na alcova silenciosa: durante o dia a tarefa universal, o bem-estar de nossos filhos e a formação de nossa pátria nos reclamam. (MARTÍ, 2006, p. 69)

Desse modo, considerava que a literatura estrangeira era vazia por não dizer “nada” sobre nós mesmos¹⁰. O bom livro, o bom conhecimento é o que está enraizado no sincero interesse de compreender os problemas da América e, a partir desse conhecimento, transformá-la. Opõe-se veementemente a todo o conhecimento morto e descontextualizado, *o tronco a que ser o de nossas repúblicas*. Defendia que da união dos elementos que compõem nossa América surgiria uma literatura que nos caracterizaria enquanto povo singular, com uma marca distinta no vasto Universo. Urgia fundar nossa América. Urgia fundar uma literatura que nos representasse.

Não existirão letras, que são expressão, enquanto não houver essência para nelas se exprimir. Nem haverá literatura hispano-americana enquanto não exista Hispano-América. Estamos em tempos de ebulição, não de condensação; de amálgama de elementos, não de obra enérgica de elementos unidos. (...). A um povo indeterminado, literatura indeterminada! Mas quando os elementos do povo se aproximam da união, aproximam-se e condensam-se, numa grande obra profética, os elementos de sua Literatura. (MARTÍ, 2006, pp. 65-66)

Educar o povo com conhecimentos científicos úteis e práticos e o cuidado da natureza para um cultivo generoso e eficaz é a chave para o progresso e verdadeiro desenvolvimento, seguro e benéfico para todos. Conhecer nossa história, nossa terra, nossa cultura e nosso povo é fundamental para sair da ignorância e não cair no

¹⁰ Não que o grande pensador cubano fosse fechado em si mesmo e negasse qualquer virtude em obras estrangeiras. Sua admiração por Ralf Waldo Emerson, pai da corrente do naturalismo filosófico americano, e pelo grande poeta Walt Whitman, mostra que não era assim. O que ele critica é a leitura vazia e pouco proveitosa que leva a desdenhar o solo que nos alimenta.

servilismo. Fundar nossa América é dar a conhecer ao seu *povo novo* toda a sua riqueza e singularidade, onde reside sua força e beleza. Esse conhecimento é fundamental para nossa proteção. "Trincheiras de ideias valem mais que trincheiras de pedra" (MARTÍ, 2007, p.49)

Ao longo do século XIX, a admiração exacerbada aos Estados Unidos assente nas ideias de progresso e desenvolvimento foi constante nos debates da intelectualidade latino-americana. O centro migrara da Europa metropolitana para o vizinho forte que crescia e se expandia. A democracia americana tornou-se modelo a ser seguido pelas novas repúblicas. Martí, no entanto, acusa de falso americanismo as repúblicas moldadas com forma e fórmulas alheias à nossa realidade americana.

Mas a aspiração irracional e inútil, covarde aspiração de gente subalterna e inepta, a de atingir a integridade de um povo estranho por vias diversas daquelas que levaram o povo invejado à segurança e à ordem, pelo esforço próprio e pela adaptação da liberdade humana às formas requeridas pela constituição peculiar do país. Em alguns, o excessivo amor pelo Norte é a expressão explicável e imprudente, de um desejo de progresso tão ardente e feroso que não nota que as ideias, como as árvores devem vir de longa raiz e estar em chão propício para que brotem e prosperem, e que o recém-nascido não adquire a maturidade só pelo fato de ter, no rosto novo, os bigodes e as costeletas dos mais velhos. Assim se criam monstros, não povos; é preciso viver o que é seu e suar sua própria febre (MARTÍ, 2006, p. 247).

Em seu discurso *Madre América*, pronunciado para os delegados da Hispano-América na ocasião da Conferência de Washington, Martí deixa claro as diferenças de origem e composição que separam as duas partes do continente. Em sua incessante luta contra o imperialismo estadunidense que avançava vorazmente com suas garras sobre nossa América, argumenta que a união com um povo que não nos respeita, não nos aprecia, não seria vantajoso nem benéfico para nossos povos. "Un pueblo que desdeña a otro, es amigo peligroso para el desdeñado" (MARTÍ, 1972, p. 128). Por isso, sua insistência em mostrar que nossos caminhos são outros e que nossos povos, com mãos hábeis e assentados em nossa verdadeira natureza americana, devem abrir suas próprias veredas e forjar conhecimentos no caminho do progresso e da prosperidade com raízes em nossa realidade. Definitivamente, a

América Anglo-Saxônica não nos serve de modelo e, com a independência das Antilhas espanholas, seria possível o equilíbrio entre as duas partes da América.

(...) Não são apenas duas meras ilhas floridas, de elementos ainda dissociados, que vamos trazer à luz, e sim vamos salvá-las e servi-las de modo que a composição hábil e viril de seus fatores presentes, menos dispersos que os das sociedades europeias rancorosas e famintas, assegure, ante a cobiça possível de um vizinho forte e desigual, a independência do arquipélago feliz que a natureza colocou no entroncamento do mundo, e que a história abre para a liberdade no instante em que os continentes se preparam, pela terra aberta, para o encontro e o abraço. No equilíbrio da América estão as Antilhas que seriam, se escravas, mero pontão de guerra de uma república imperial contra o mundo zeloso e superior que já se prepara para negar-lhe o poder, — mero fortim da Roma Americana; — e, se livres — e dignas de sê-lo pela ordem da liberdade equitativa e trabalhadora — seriam a garantia do equilíbrio no continente, a da independência para a América espanhola ainda ameaçada e a da honra para a grande república do Norte que, no desenvolvimento do seu território —por desgraça já feudal e dividido em frações hostis —, encontrará grandeza mais certa que na ignóbil conquista de seus vizinhos menores e na luta desumana que, com a posse deles, abriria contra as potências do globo pelo domínio do mundo (MARTÍ, 2006, pp. 235-236).

Admiram aos Estados Unidos aqueles que desconhecem seus movimentos, as relações sociais cada vez mais frias e metalizadas, suas entranhas, a corrupção crescente dos pilares democráticos sob os quais os pais fundadores forjaram tão poderosa nação. Libertar Cuba e Porto Rico do colonialismo espanhol e garantir a continuidade de suas liberdades findo o movimento independentista equivaleria a equilibrar o desdém histórico a que foram submetidos (MARTÍ, 1972).

3 A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

El patriotismo es censurable cuando se le invoca para impedir la amistad entre todos los hombres de buena fe del universo que ven crecer el mal innecesario y le procuran honradamente alivio. El patriotismo es un deber santo, cuando se lucha por poner la patria en condición de que vivan en ella más felices los hombres.

José Martí

O nacionalismo é um fenômeno “escorregadio”, defendido e demonizado de acordo com o contexto e os interesses daqueles que se apropriaram do discurso nacionalista para legitimar seus propósitos. Podemos apontar alguns paradoxos que cercam os estudos acadêmicos sobre esse fenômeno moderno, repleto de facetas e nuances. Primeiro, seu peso como fenômeno político cultural e os escassos estudos, ora inflados por acirrados conflitos político-militares, ora negligenciados como uma maldição que deve ser solapada pelas grandes comunidades transnacionais. Segundo, a intersecção entre nacionalismo e cultura. E, por último, sua condição emancipadora e autoritária, ou seja, sua condição camaleônica. “La idea de nación surge en un entramado discursivo donde el nacionalismo y incluso el Estado son actores insoslayables y determinantes de su misma aparición conceptual” (BRAVO, 2000, p. 17).

Os processos de formação dos Estados-nação nas Américas revestem-se de características diversas das “antigas” nações europeias. Os Estados nacionais americanos desafiam o paradigma europeu de nação por sua multiplicidade étnica e pelo sentimento nacionalista não ter gerado em seu seio conflitos violentos – entre as nações e dentro delas. De fato, as guerras independentistas nas Américas giraram em torno de queixas contra a metrópole. Eram anticolonialistas e não se fundamentavam num etnonacionalismo. No entanto, apesar de não engendrar conflitos internacionais, a questão étnica foi marcadamente presente no cerne dessas jovens nações, com suas populações compostas, em sua maioria, por negros e indígenas, acrescido ao longo do

século XIX e início do século XX por enorme contingente de imigrantes europeus. Essas minorias foram, durante muito tempo, rechaçadas e somente aos poucos foram incorporadas as comunidades nacionais.

Os estudos acerca da nação e de seus correlatos são, ainda em nossos dias, algo nebuloso. Longe de haver consenso analítico, seus teóricos mantêm uma “distância comedida” uns dos outros. Benedict Anderson (2008) nos apresenta três paradoxos do fenômeno que contribuem, sobremaneira, para essa indefinição teórica. Primeiro, a modernidade objetiva das nações versus sua antiguidade subjetiva; segundo, o universalismo formal das nações versus os localismos de suas manifestações e, por último, o poder político nela investido em contraposição a carência teórico/filosófica em torno da problemática.

Fruto de discussões no âmbito do Observatório das Nacionalidades¹¹, compreendemos que o Estado - nação é uma organização política moderna, surgida na esteira da expansão do capitalismo que se caracteriza pelo predomínio de um sistema produtivo integrado em escala mundial. “Não por outra razão, as entidades conhecidas como organismos internacionais se empenham na construção e fortalecimento das nações: não haveria outra forma de condicionar ao capitalismo sociedades tão distintas” (DOMINGOS NETO; MARTINS, 2006, p. 106). Não obstante, como sugere Anderson (2008), a nação é um artefato imaginado que se percebe limitada, soberana e ligada por fortes laços comunitários – independente de suas dimensões espaciais -, acolhedora ao mesmo tempo em que distingue “nós” dos “outros”. Dentro dela somos todos iguais.

A abordagem de Benedict Anderson, em *Comunidades Imaginadas* (2008), é original e coloca a questão do nacionalismo em novos termos. Em sua perspectiva antropológica, concebe o nacionalismo como um artefato cultural, alinhando-o não a ideologias, mas tratando-o como os conceitos de parentesco e religião, por exemplo. Para ele, esse é um fenômeno cultural surgido com o advento da modernidade, e o Estado-nação é uma entidade política claramente distinta de formas anteriores de organização social. “O que estou propondo é o entendimento do nacionalismo alinhando-o não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes

¹¹ Grupo de pesquisa interinstitucional com sede na Universidade Estadual do Ceará – UECE.

sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los”. (ANDERSON, 2008, p. 39)

Com o ocaso dos grandes Estados dinásticos, com legitimidade assente no princípio do “direito divino”, urgia *inventar*, criar elementos que conferissem legitimidade às novas organizações políticas modernas. Depois de surgirem “espontaneamente”, a nacionalidade e o nacionalismo tornaram-se formas modulares “transplantados”, com graus de consciência diversos, de um lugar para outro. Artefato cultural, fruto de longo processo histórico, o nacionalismo atrelou-se, nos mais variados contextos, a ideologias políticas.

Ainda segundo Anderson, os primeiros Estados nacionais a surgirem no cenário mundial, em sua concepção política moderna, foram os americanos. Esses foram os modelos reais do que deveriam ser “esses Estados”, e foram transplantados para o resto do globo. Para ele, é impossível explicá-los a partir do modelo eurocêntrico. O Autor apresenta diversos elementos que contribuíram para a formação dessas *comunidades imaginadas* nas Américas. Os interesses econômicos, bem como as ideias liberais do Iluminismo, concorreram para a composição dessas comunidades. No entanto, aponta como fundamentais para criar “esse tipo específico de comunidade” a função dos funcionários peregrinos e os impressores locais crioulos¹².

Contudo, apesar das contribuições de Anderson, fomentando debates acalorados e desvelando linhas analíticas promissoras para os estudiosos da “questão nacional”, principalmente acerca da formação dos Estados nacionais na América, sua obra sofre de uma tendência à generalização, tomando por certo a existência dos “germes das nacionalidades” já nos processos revolucionários. A rigor, penso que a ideia de nacionalidade, no contexto das independências, não existia como fundamento político. Anderson, como outros estudiosos, toma como ápice da construção das nações as revoluções de independências, que, na verdade, foram o ponto de partida para a consolidação dos Estados nacionais e das identidades políticas a eles relacionadas (CHIARAMONTE, 2004, MADER; PAMPLONA, 2007; PIMENTA, 2001).

¹² Anderson estabelece uma relação entre o início da moderna indústria editorial (*capitalismo de imprensa*) e o imaginar nacional. “Somos” o que está estampado nos jornais diários, nos romances que se passam em nossas ruas.

Para o pensador austríaco Otto Bauer (2000), só podemos nos acercar da nação a partir do *caráter nacional* que, nada mais é, que uma *comunhão de destino*, um desejo de seguir juntos. É o caráter nacional que nos dá a consciência de nossa identidade coletiva e, principalmente, a diferença em relação aos outros. Como aponta o Autor, ingleses e alemães, diante dos mesmos problemas, buscam soluções diferentes. O capitalismo e o profundo desenraizamento que provocou, modificou as feições da nação moderna. No entanto, assevera que só são membros da nação aqueles que possuem os elementos da comunidade cultural nacional. Apesar da difusão do ensino, a grande massa trabalhadora continuou sendo alijada da nação. A luta proletária é a luta pela incorporação efetiva de todos à comunidade nacional.

(...) o caráter nacional nunca é nada além do precipitado da história de uma nação. As condições em que os seres humanos produzem seu sustento e distribuem o produto de seu trabalho determinam o destino de cada povo; na fundação de um modo de produção e distribuição definido, surge também uma cultura mental específica. A história de um povo, tal como determinada dessa maneira, tem, pois, um efeito duplo sobre seus descendentes: de um lado, pelo cultivo de propriedades físicas definidas, através da luta pela vida, e pela transmissão dessas propriedades aos descendentes através da hereditariedade natural; de outro, pela produção de valores culturais particulares e por sua transmissão aos descendentes através da criação, do costume e da lei, como efeito da comunicação entre os povos (BAUER, 2000, p 49)

A nação é, portanto, uma *comunhão de destino* onde, passados comuns e uma cultura nacional compartilhada, “acendem” a chama da nacionalidade. Não obstante, esclarece que o caráter nacional não explica um modo de agir específico, mas revela traços comuns de determinada época, ou seja, ele é mutável.

No discurso *Madre América*, Martí delinea com cores vivazes e linguagem eloqüente a diferença entre as duas partes que compõe o Continente Americano. Como se forjou, na exploração, no fanatismo religioso e na violência nossa América e, como colonos e trabalhadores, fugindo de guerras religiosas, se estabeleceram e fundaram a outra América. Mas, admoesta: desses elementos conflituosos souberam os povos de nossa América forjar nossa identidade.

Que importa que, tendo o livro na frente dos olhos, não víssemos, ao nascer como povos livres, que o governo de uma terra híbrida e original, formada com espanhóis retalhistas e aborígenes turvos e apavorados, além da contribuição africana, devia compreender, para ser natural e fecundo, os elementos todos que, em tropel maravilhoso e pela política superior escrita na Natureza, levantaram-se para fundá-la? (MARTÍ, 2006, p. 191)

O processo de colonização conformou povos diversos, o que apontava para um futuro compartilhado visto que, no presente, sofríamos os males a nós legado pelo passado colonial.

E preferiria a seu futuro, que é o de nivelar na paz livre, sem cobiças de lobo nem prevenções de sacristão, os apetites e os ódios do mundo; preferiria a esse ódio grandioso, o de esmigalhar-se nas mãos de seus próprios filhos, ou desintegrar-se em vez de unir-se mais, ou por ciúmes de vizinhança, mentir àquilo que está escrito pela fauna e pelos astros e pela História, ou andar atrás de quem se lhe oferecesse, ou sair pelo mundo mendigando para que lhe deixem cair no prato a riqueza medonha? Somente perdura, e é para o bem, a riqueza que é criada e a liberdade que é conquistada com as próprias mãos! (MARTÍ, 2006, p. 192)

Nesse sentido, *nuestra América* é uma *comunhão de destino* compartilhada por todos os povos hispano-americanos. A colonização conferiu unidade a América Espanhola, configurando uma singularidade no concerto de povos e, principalmente, distinta histórica e culturalmente da *outra América*. Martí era defensor de que jovens e crianças da Hispano América conhecessem a história das civilizações pré-colombianas. Não que desejasse romanticamente voltar a um passado original, mas para que, ao absorver ideias alheias, tivéssemos consciência de nossa realidade sócio-histórica peculiar.

3.1 O Império espanhol e as revoluções de independência nas Américas

Os povos da Península Ibérica foram os primeiros a se lançarem à conquista dos mares. Portugal e Espanha, tradicionais, religiosos, atraídos sobretudo pelo luxo e pela opulência, tiveram a primazia na “conquista do mundo” e inauguraram uma nova fase histórica: o surgimento do moderno sistema-mundo capitalista. O ano de 1492 marca o início de profundas mudanças que conformariam a realidade de vastas populações espalhadas pelo globo.

O Império Espanhol esteve longamente assentado em bases agrícolas. Tanto suas colônias quanto a metrópole dedicavam-se à produção e ao comércio de gêneros agrícolas, com a diferença que as colônias também produziam metais preciosos. A reforma proposta por Carlos III em meados do século XVIII para alavancar a economia, prezavam a expansão da agricultura em detrimento do desenvolvimento industrial. As propostas foram elaboradas inspiradas pelo espírito da Ilustração. Carlos III era um déspota esclarecido e tentou “modernizar” o Império. Contudo, a Coroa espanhola, juntamente com Portugal, possuíam uma economia colonial assentado em profundas raízes tradicionais, que dificultavam uma transição para uma organização social nos moldes do racionalismo moderno e sua estruturação capitalista.

Nesse contexto, os produtos industriais vinham do comércio com a Inglaterra e os limites para os interesses ingleses eram tão simplesmente o poder de compra de seus fregueses. De fato, durante toda obra colonizadora, o principal objetivo consistiu na obtenção de riqueza com o menor custo para a metrópole, restringindo quase que completamente à mineração a economia colonial.

A liberdade de comércio decorrente das reformas facilitou a importação de produtos, mas não foi amplamente disseminada, pois só os ricos podiam comprar tais mercadorias e, mesmo estes, tinham dificuldades de entrar no seleto grupo de consumidores. Ademais, as reformas visavam tão somente o incremento da economia espanhola e estreitar os laços de dominação em relação às colônias. O

desenvolvimento da economia dos vice-reinados americanos nunca era posto em questão.

Os resultados das reformas, no entanto, não tiveram um impacto mais profundo. Por exemplo, pouco efeito teve sobre a corrupção colonial e, exatamente pelos entraves oriundos desta, pouco pode ser efetivamente realizado. Como afirma o historiador argentino Halperín Donghi (2011, p. 41), “(...) evitar os conflitos continuou a ser uma boa política para quem quer fazer carreira burocrática nas Índias; e os conflitos podem ser evitados se não forem provocadas as iras dos poderosos locais.” Nesse sentido, a organização central mesclou-se aos organismos locais para lograrem seu objetivo: “o progresso”.

A fragmentação administrativa imposta pela economia colonial ao Império Espanhol, no afã de modernizar as relações comerciais, teve como consequência grave a impossibilidade de manutenção da integridade do território colonial na América, no período pós-independência. Praticamente todas as grandes áreas administrativas deram origem a Estados nacionais distintos. No entanto, apesar das investidas de outras potências europeias, a estrutura do Império permaneceu relativamente intacta até 1810.

Contudo, mesmo na colônia, os interesses econômicos não eram homogêneos nem estavam unificados numa visão de independência; e o crescente regionalismo, com uma província exigindo proteção para os produtos locais e querendo liberdade de comércio criou suas próprias divisões. Ainda sim, fortaleceu-se a convicção de que, qualquer que fosse a solução dada a esses problemas, eles somente poderiam ser resolvidos por decisões autônomas. (LYNCH, 2001, p. 40)

Desde o início da colonização, o clero teve uma forte relação com a Coroa. Catequese e colonização estiveram sempre juntas. As ordens religiosas detinham grandes propriedades de terras e, em algumas regiões, a quantidade de escravos superava as de outros proprietários. A Ordem dos Jesuítas foi, sem dúvida, a mais

importante. Depois de sua expulsão da América em 1767, o clero secular domina o cenário colonial, submetidos ao poder do monarca.

A escravidão negra nas colônias espanholas foi quase inexistente se comparada ao Brasil, colônia portuguesa. A mão-de-obra negra concentrava-se basicamente nas Antilhas, enquanto que no continente era utilizada a mão-de-obra compulsória indígena. O trabalho era assentado sobre duas estruturas senhoriais distintas: uma existente desde o período pré-colombiano e outro posterior à conquista, tendo como beneficiários os colonos espanhóis. Havia uma tendência a delegar poderes sobre agrupamentos indígenas aos líderes pré-colombianos, submetidos a Coroa, que exploravam seus pares. Com o declínio da população autóctone no século XVII, devorados na exploração de minérios, a produção agrícola, antes centrada nas comunidades indígenas, passa a ser organizada por espanhóis nas *haciendas*, que tinha sua produção voltada para o mercado externo (DONGHI, 2011).

Durante a guerra com a Inglaterra (1779-1783), o comércio entre a Espanha e suas colônias praticamente findou, pois os navios espanhóis não tinham força diante da esquadra inglesa comandada pelo Almirante Nelson. Essa situação deixou os colonos em dificuldades pela escassez de produtos e pelo aumento abusivo no preço dos remanescentes. A solução encontrada pela Coroa foi abrir os portos espanhóis em todo território imperial aos comerciantes de países neutros, como os Estados Unidos e a Holanda, colocando-os como intermediários entre Espanha e suas colônias. Essa política trouxe um novo fôlego para a economia colonial e permitiu que os comerciantes americanos expandissem seus negócios para além das fronteiras do Império Espanhol. Mesmo depois das permissões terem sido revogadas em 1799, o império não recuperou o controle da economia e muitos portos coloniais ignoraram a revogação do decreto.

Uma das consequências das reformas no final do século XVIII foi a separação nítida entre brancos, mestiços e mulatos, quadro agravado com a emigração de peninsulares, que foram alocados em cargos públicos retirando, algumas vezes, dirigentes nativos. As autoridades coloniais eram designadas diretamente pela metrópole, e *criollos* (mestiços) dificilmente ocupavam uma posição nos altos escalões

das milícias¹³. As resistências criollas não foram somente contra as mudanças administrativas, mas também com relação às modificações econômicas, com a participação cada vez mais acentuada de emigrados peninsulares. Isso causou grande descontentamento entre a elite colonial e colocou novo elemento no já explosivo caldo hispano-americano.

Vários foram os fatores que levaram ao ocaso do Império Espanhol, dentre os quais destaco: o Bloqueio Continental napoleônico (1807); a desintegração da Coroa espanhola (1808); a formação das juntas de governos locais (Junta Suprema Central Gubernativa Del Reino), que propiciou uma maior autonomia política das elites coloniais; o Conselho de Regência (1810), que substituiu provisoriamente o governo monárquico; a elaboração da Constituição de Cádiz (1812), que contou com a colaboração de deputados do Novo Mundo, instituindo um corpo de leis homogêneo para todo o Império; a expansão do eleitorado e maior participação das classes populares no universo da política; as guerras civis internas entre grupos políticos divergentes; ascensão de Fernando VII, em 1814, e a restauração do Absolutismo; militarização dos conflitos políticos na América, culminando nas guerras de independência.

As guerras napoleônicas reverberaram nas possessões coloniais das europeias. A Coroa Espanhola, já enfraquecida, sofreu um duro golpe do qual não iria se recompor. As novas experiências parlamentares dos dois lados do Atlântico estavam no bojo das reformas política das revoluções que se processavam. Um exemplo da radicalidade dos acontecimentos nesse conturbado contexto foi a participação de representantes das colônias francesas nas reuniões parlamentares pós-Revolução de 1789. Foi a primeira vez que representantes coloniais participaram de uma reunião parlamentar europeia (BERBEL, 2008).

No entanto, a experiência ibérica respira outros ares. As Cortes de Cádiz, reunidas entre 1810-1814, foram uma resposta a invasão napoleônica na Península Ibérica. “Tratava-se mais de um ato de resistência ao invasor francês e de uma tentativa de conservar o Império em plena desagregação” (BERBEL, 2008, p.20).

¹³ As milícias eram compostas majoritariamente por índios e criollos.

Com a prisão de Carlos IV e de seu filho, Fernando VII, pelas tropas de Napoleão, uma série de juntas de governos locais, organizados pelas Juntas Governamentais de Granada e Servilha, se espalharam pela Espanha. Na América, Fernando VII, havia sido reconhecido como monarca e, na sua ausência, os crioulos reivindicavam “o pacto”, ou seja, na ausência do monarca o poder reconvertia, imediatamente, ao povo. Cabe ressaltar que todo esse movimento inicial foi feito em nome do rei e contrário aos invasores. No entanto, essa experiência favoreceu o amadurecimento das juntas governativas americanas assentadas numa maior autonomia dos governos centrais.

Na Constituição de 1812, ficaram excluídos dos direitos de cidadão os descendentes de africanos. Os deputados peninsulares esforçaram-se por manter alijados os mestizos. As propostas dos autonomistas americanos foram massivamente rejeitadas.

Existiam, então, duas concepções sobre a unidade do Império espanhol: uma europeia e outra americana. Os deputados europeus empenharam-se por manter o poder centralizado e conter as Juntas Governativas locais. Enquanto que, na América, a visão sobre as Juntas era completamente diversa. Para os deputados americanos, uma maior autonomia das Juntas era necessária e desejável para conter os abusos dos vice-reis. Ademais, as deputações provinciais eram controladas pela Coroa, o que causava muitos protestos em meio à elite nativa americana.

3.1.1 Vocabulário político à época das independências

O termo *nação* é empregado corriqueiramente em livros de teoria política e de história moderna, às vezes, carecendo de uma definição mais precisa e um cuidado maior no manuseio do conceito, aplicado indiscriminadamente a contextos históricos e organizações políticas completamente diversas. Vários pensadores tentaram responder: *o que é uma nação?* Respostas poéticas e idiossincráticas à parte, a que realidade(s) social se pode empregar o termo, consagrado na modernidade, *nação?*

Refere-se a um contexto histórico específico?

Nação não é uma realidade histórica *em si*, é um conceito que pôde ser aplicado em diversos contextos de acordo com o sentido empregado pelos protagonistas. Portanto, *não é uma entidade de essência invariável*. Não podemos definir conceitualmente termos como Estado, nação, nacionalidade como se fossem realidades históricas imutáveis, apreensíveis em definições. Esse cuidado é necessário para não fazermos conceituações anacrônicas, baseadas na experiência recente, sobre o vocabulário político utilizado no passado. Temos de analisar as mudanças nos sentidos dos termos e atentar para os contextos em que foram empregados para nos aproximarmos com um pouco mais de cautela e criticidade desse fenômeno repleto de nuances.

Pero la dificultad del tema que nos ocupa proviene de la no existencia de lo que podríamos considerar una idea *verdadera* de lo que es una nación, un supuesto que se expresa en ese comienzo a partir de definiciones. Y en esto no es admisible argüir que esa noción puede existir como una elaboración inductiva a partir de casos particulares, dado que no es éste el procedimiento adoptado en este tipo de trabajos, ni parece factible para un asunto como este. (...) lo que debemos explicarnos no es la “nación”, sino el organismo político que pudo ser denominado, según lugar y tiempo, nación, pero también república, Estado, provincia, ciudad, soberanía, o alguna otra manera. (CHIARAMONTE, 2004, pp. 46-47. Grifos do autor)

O historiador argentino José Carlos Chiaramonte (2004), apresenta três modalidades gerais dos sentidos empregados ao termo *nação*:

- a) A *nação* com conotações étnicas (sem referência política, que só aparece posteriormente com o princípio das nacionalidades, pós-Revolução Francesa);
- b) A *nação* com conotações políticas (séculos XVIII e XIX), convivendo, paralelamente, com a primeira acepção do termo;
- c) A junção dos dois sentidos, agora sob o princípio das nacionalidades, onde a etnicidade, pela primeira vez, apresenta fundamento político. “Y es solo entonces cuando la etnicidad es convertida en fundamento de la legitimidad política” (CHIARAMONTE, 2004, p.50).

Então, como podemos nos aproximar de tal problemática? Existem dois caminhos possíveis, consagrados pela historiografia, para a interpretação da ideia de nação: primeiro, pressupor que o termo se refere a uma realidade histórica definida; segundo, perceber as variadas acepções do termo bem como seus contextos históricos.

No século XVIII, o termo nação tinha uma dupla utilização, um com raízes na ideia de etnicidade e outro com conotações políticas. Aquele aparece em um período anterior às revoluções liberais europeias. Vale ressaltar o fundamento jusnaturalista e do “direito de gentes”, como base do pensamento político no referido século, compartilhado tanto por europeus como pela intelectualidade iberoamericana. Ao final do século, o termo nação, utilizado então como sinônimo de Estado, não possui nenhuma referência étnica. Não há, portanto, uma identidade étnica e a identidade nacional possui um claro conteúdo político, é um produto da unidade política.

O termo nação, na América revolucionária, pode se referir tanto a um grupo de cidadãos sob um mesmo governo ou a união de corporações, províncias e cidades. Contudo, a concepção étnica seguiu paralelamente a concepção política do termo nação. Na Iberoamérica podemos encontrar a utilização do termo na justaposição dos significados.

Nesse sentido, não podemos inferir que o germe das nacionalidades já estava presente nos movimentos independentistas. Ao contrário, o movimento realizado por americanos, no início das guerras independentistas, era pautado na defesa do Império diante do invasor estrangeiro e defendiam os territórios americanos em nome do monarca preso e baseado no princípio da reconversão, no qual na ausência do monarca o poder retorna ao povo. As identidades locais ainda estavam fortemente mescladas com o Império, e a noção de cidadão como detentor de direitos dentro de um Estado nacional só surge depois, com o florescimento e aprofundamento das Juntas Governativas Locais e as disputas entre peninsulares e criollos por cargos na administração pública e nas milícias.

3.2 Os Estados e as ideias interamericanas: perspectivas em disputa

As duas grandes correntes interamericanas, uma de inspiração monroísta (com ênfase claramente econômica) e outra bolivariana (com caráter eminentemente hispânico), correspondem as duas grandes tendências políticas integracionistas pós-independência e que, mais de um século depois, continuam a inspirar projetos políticos e econômicos para o continente americano.

Logo após independência, os jovens Estados se viam às voltas com problemas internos, uma economia débil e os novos governos tinham dificuldades de manter a autoridade que a coroa espanhola detinha. As primeiras ideias de unidade latinoamericana surgiram na esteira dos movimentos independentistas, tendo como aspirações iniciais a libertação do jugo colonial e o reconhecimento internacional para os novos Estados. Diversos foram os tratados e confederações no sentido de uma união da América Latina, tendo como denominador comum a proteção de todos os das invasões estrangeiras.

A carta escrita pelo libertador Simón Bolívar aos presidentes das jovens repúblicas, explicita a necessidade da elaboração de projetos interamericanos:

Dar estabilidade àquele sistema e consolidar o poder desse grande corpo político é da competência de uma autoridade superior que dirija a política é da competência de nossos governos, cuja influência mantenha a uniformidade de seus princípios e cuja simples menção de seu nome possa acalmar nossas tempestades. Tão respeitável autoridade não pode existir senão em uma assembléia de representantes plenipotenciários, nomeados por cada uma de nossas repúblicas e reunidos sob os auspícios da vitória obtida por nossas armas contra o poder espanhol (BOLÍVAR, 1992, p 121).

Num primeiro momento pensou-se mesmo numa unidade política em torno de um Estado, com poder centralizado, a exemplo da Gran Colômbia. O Congresso do Panamá (1826), convocado por Bolívar, foi a primeira grande tentativa de solidariedade interamericana. Emergiam, então, distintas possibilidades de integração, desde a

proposta de uma única nação à de uma confederação de Estados. Os novos dirigentes hispano-americanos, percebendo as dificuldades de tal empreitada política, passaram a concentrar esforços entorno da união de Estados independentes.

Nesse contexto, a Inglaterra aceita prontamente o convite para envio de um observador durante a realização do Congresso, cuidando que os interesses comerciais ingleses na região fossem preservados. A política estadunidense em relação aos seus vizinhos também ficou patente neste congresso, que não contou com sua participação.

Múltiplos fatores contribuíram para o malogro das tentativas de integração dos novos Estados, dentre os quais os fracos vínculos entre eles, herança da política imperial; a união pelo “alto”, deixando à margem o grosso da população; a resistência das classes dominantes e os litígios territoriais, presença constante na história do Continente. Bolívar, habilidoso articulador, aproveitou o temor gerado pela Santa Aliança¹⁴, e avançou em seu projeto integracionista. Vale destacar que as repúblicas do Prata nunca demonstraram interesse em tais projetos.

O Bloqueio Continental napoleônico, a invasão e a usurpação do trono espanhol foram acompanhadas de perto pelos políticos ingleses, interessados em coibir as intenções francesas de se lançarem sobre a América. Os Estados Unidos não interferiram na América do Sul no início do século XIX, devido aos litígios com a Espanha e à forte influência britânica na região, que ainda era seu parceiro comercial privilegiado.

Os vínculos com a Europa marcavam sobremaneira o pensamento e a ação política dos novos dirigentes americanos. Somos americanos ou europeus? Será que soluções políticas vindas de outras realidades servirão em contextos tão diferentes? No entanto, à medida que as lutas independentistas se espalhavam e se consolidavam pelo continente, o discurso legitimador desse movimento tinha por base a ruptura entre

¹⁴ A Santa Aliança surgiu no intuito de conter a marcha napoleônica sobre a Europa e, principalmente, conter o avanço dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade propugnados pela Revolução Francesa, e garantir a manutenção do Antigo Regime. Um acordo foi assinado entre os reis da Rússia, da Prússia e da Áustria no Congresso de Viena, em 1815.

o Antigo Regime (as metrópoles e seus Estados dinásticos¹⁵) e a nova ordem que se estabelecia nas repúblicas americanas. Todavia, não podemos pensar o processo independentista hispano-americano como algo homogêneo nem inferir que o germe das nacionalidades já estava contido nesses movimentos.

Mäder e Pamplona (2007) fazem o mapeamento de três grandes áreas com projetos político-administrativos distintos: Nova Espanha e Centro América, com um governo constitucional de inspiração espanhola (Constituição de Cádiz) e ênfase no legislativo; a Região Setentrional da América do Sul (Colômbia, Peru e Bolívia), com governos centralizados, militares e um forte executivo e o Cone Sul (Região do Prata e Chile), com políticos civis (as guerras nessa área eram mais lideranças política do que com forças realistas). Apesar dessas diferenças, os autores reforçam a cultura política pautada nas tradições e experiências do mundo hispânico sem, contudo, traçar uma linha de continuidade entre o velho regime que se desfazia e a nova que se consolidava.

Os Estados recém-criados adentraram nas relações econômicas internacionais em uma situação subalterna, resquício da colonização. Na divisão internacional do trabalho figuravam como provedores de gêneros agrícolas e minérios, tornando-os dependentes economicamente das potências estrangeiras. A dependência econômica favorecia a ingerência estrangeira em assuntos políticos e econômicos e dificultavam a execução de ações coletivas no intuito de lograr uma unidade latino-americana de defesa e ajuda entre os Estados.

Los resortes financieros permitían a la diplomacia inglesa y norteamericana influir en la actividad política exterior de muchos países de la región y bloquear sus intentos de agruparse en alianza para defender sus intereses nacionales contra los atentados de las 'grandes potencias' (GLINCKIN, 1985, p.36).

¹⁵ Diferente dos Estados nacionais modernos que tendem a uma homogeneização em torno de uma identidade política comum, os Estados territoriais dinásticos eram capazes de reunir sob um único governo grupos diversos e heterogêneos.

A política externa estadunidense para seus vizinhos do Sul tornou-se mais clara com a doutrina Monroe¹⁶ estabeleceu as diretrizes da política externa estadunidense para a América Latina. Esta foi a pedra angular sob a qual se assentou a política denominada de Pan-americanismo que visava à proteção e o desenvolvimento de todo o continente. No entanto, tal doutrina era unilateral e não aspirava a uma identidade americana. Ao contrário, era um ataque frontal não só aos países da Hispano-América, mas às potências que estavam, juntamente com os Estados Unidos, na corrida imperialista. Foi, dessa forma, uma resposta a Santa Aliança e, principalmente, a Grã-Bretanha, que teve frustrada seus interesses imperialistas sobre as novas repúblicas americanas. Serviu de base ideológica para a expansão em direção ao Oeste da América do Norte e exerceu, num primeiro momento, forte influência na região caribenha.

Mas havia fatores mais fundamentais por trás das diferenças no desenvolvimento das relações inglesas e norte-americanas sobretudo com a Colômbia e o México. Em 1824, a Colômbia inquiriu sobre se a Doutrina Monroe significava uma disposição dos Estados Unidos a estabelecer uma aliança defensiva. A resposta foi que, em caso de ameaça de intervenção, os Estados Unidos teriam de agir em cooperação com as potências européias. Sondagem semelhante feita pelo México em 1826, revelou que a Doutrina Monroe não implicava qualquer compromisso dos Estados Unidos com a América Latina. (WADDELL, 2001, p.254)

O Pan-americanismo é um desdobramento da doutrina Monroe adequado às circunstâncias do imperialismo. As elites políticas e econômicas das repúblicas americanas, favorecidas pela política externa imperialista/monopolista estadunidense, se alinharam aos postulados por eles propostos.

¹⁶ Proposta em dezembro de 1823 ao congresso nacional americano pelo presidente James Monroe (1758-1831), em resposta as intermitências da política inglesa para a região e sua proposta de união anglo-americana no que concerne a América, afirmava que qualquer medida contra os países da Hispano-América seriam interpretados como uma ofensiva contra os Estados Unidos.

Com o movimento pan-americanista, estimulado por James G. Blaine, secretário de Estado no governo do presidente Benjamin Harrison, o que os Estados Unidos pretenderam realmente foi criar com os Estados latino-americanos uma comunidade comercial, reunindo-os, sob sua égide, em uma espécie de federação informal, de modo alijar do continente a competição da Grã-Bretanha e de outras potências industriais da Europa. A Doutrina Monroe, sintetizada no lema “a América para os americanos”, funcionou então como justificativa ideológica, e o fato de que os Estados Unidos se tornavam primeira potência industrial do mundo deu-lhe maior densidade econômica e dimensão política ampla. (BANDEIRA, 2009, p. 56. Grifo do autor)

Nesse cenário, Martí levantou sua voz e lutou pela independência de Cuba e de nuestra América. Em *Nuestras tierras latinas*, alerta para o perigo e o desrespeito da política externa estadunidense para a América Latina.

Pues en Panamá, aunque con medidas y apariencias de servicio público, y orden de no hacer más que lo que fuere necesario - ¿no ha ido la marina americana más allá de la mera protección de su bandera, puesto que ha impedido con la imposición y la amenaza de la fuerza los actos de uno de los partidos beligerantes en el país, y ayuda con esta actitud y con sus propios buques las operaciones de guerra de otro de estos partidos? (...) Los Estados Unidos se han palpado los hombros y se los han hallado anchos. Por violencia confesada, nada tomarán. Por violencia oculta, acaso. Por lo menos, se acercarán hacia todo aquello que desean. Al Istmo lo desean. (MARTÍ, 2005, p.19)

Ao longo do século XIX, as ideias interamericanas foram adquirindo colorações específicas, de acordo com as tramas internacionais. Num primeiro momento, tinha uma vertente antieuropeia e visava à manutenção das independências políticas longe do jugo de qualquer potência europeia, logo seguida por uma de caráter antiestadunidense, orientados, majoritariamente, para a Hispano-América. No final do século, com o direcionamento estadunidense, as propostas interamericanas ganharam fortes conotações econômicas.

A *Carta da Jamaica*¹⁷, escrita por Bolívar, foi a convocatória do Congresso do Panamá, realizado em 1826. Neste Congresso, participaram representantes da Grã - Colômbia, da América Central, do Peru e do México, além de observadores da Grã-

¹⁷ Foi escrita em 06 de setembro de 1815, em Kingston.

Bretanha e da Holanda. O Chile e as Províncias Unidas não enviaram representantes. O Brasil, monárquico e escravagista, também não participou. Apesar de poucos resultados, a iniciativa interamericana semeada nessa ocasião foi tema corrente de diversos governantes sul-americanos, perdurando até nossos dias.

O 1º Congresso de Lima, em 1847, foi convocado pelo governo mexicano, Com o objetivo de discutir a defesa do continente das intervenções europeias e da expansão estadunidense, que, à época, dava sinais de suas pretensões para com os vizinhos. Participaram representantes do Equador, Chile, Nova Granada, Bolívia e do Peru¹⁸.

O Congresso de Santiago, realizado em 1856, foi motivado pela temerária possibilidade de uma intervenção dos Estados Unidos na região, visto que este já estreitava laços econômicos e políticos com o Equador. Apenas Chile, Peru e Equador enviaram seus representantes.

Em 1856, realizou-se o Congresso de Washington, com a presença de representantes da Costa Rica, Guatemala, Nova Granada, Honduras, México, Peru, de El Salvador e da Venezuela. Sua finalidade era discutir a defesa da América Central, no entanto, acordo foi realizado.

O 2º Congresso de Lima ocorreu no contexto da guerra entre o Chile e a Espanha, em 1865. Tinha por objetivo a discussão da defesa mútua entre as jovens repúblicas ante as investidas estrangeiras. Contou com a participação de representantes da Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Guatemala, El Salvador e da Venezuela. Foram assinados acordos sobre comércio e navegação.

A intervenção estrangeira nas novas repúblicas hispano-americanas foi algo constante ao longo do século XIX, perdurando ao longo do século XX. As investidas interamericanas eram eminentemente hispano-americanas e visavam

¹⁸ Em 1845, o Texas foi anexado ao território estadunidense.

predominantemente à proteção e a união para o fortalecimento dos Estados¹⁹. Os temas recorrentes dos congressos eram:

- I. A proposta de união ou confederação entre os Estados americanos;
- II. A necessidade de criação de um organismo permanente de coordenação entre os Estados americanos, por meio de uma assembléia de plenipotenciários que exerceriam a autoridade suprema da confederação;
- III. O princípio da solução pacífica das controvérsias entre os Estados mediante a solução da arbitragem das eventuais divergências; e
- IV. Defesa coletiva contra as agressões externas. (SANTOS, 2004, p.100)

Após a Guerra de Secessão, com a vitória dos Estados do Norte, houve uma centralização política em torno desses Estados. A partir desse momento, os Estados Unidos iniciaram uma nova fase expansionista. Luís Cláudio Villafañe (2004) aponta três pontos que confluíram para reacender o interesse dos EUA em propostas políticas interamericanas. Primeiro, o receio de que conflitos internos dessem margem a intervenções europeias; segundo, a entrada no cenário de empresas privadas europeias que poderiam comprometer os interesses estadunidenses e, por último, ao término da guerra civil, a expansão da indústria fazia necessária a busca por novos mercados externos.

A Conferência de Washington, realizada entre outubro de 1889 e abril de 1890, objetivava uma união econômica, sob a bandeira do pan-americanismo, das repúblicas americanas. No discurso dos anfitriões, as propostas deveriam versar sobre o desenvolvimento e a prosperidade dos países. Dentre as pautas estavam a possibilidade de uma união aduaneira, a comunicação regular entre os portos americanos e a criação de um sistema uniforme de pesos e medidas bem como criação

¹⁹ Ao longo das propostas interamericanas, foi progressivo o desinteresse do Império Brasileiro . A primeira participação de uma delegação brasileira foi durante o Congresso de Washington de 1889, proposto pelo governo dos Estados Unidos.

de uma moeda comum²⁰. Conhecedor e atento observador da sociedade estadunidense e de sua política interna e externa, Martí é enfático:

Os povos menores, que ainda estão nos movimentos de gestação, não se podem unir sem perigo com aqueles que procuram um remédio ao excesso de produtos de uma população compacta e agressiva, e um escoadouro para suas multidões inquietas, na união com povos menores. (MARTÍ, 2006, p. 203)

Martí inicia suas crônicas acerca do Congresso de Washington com a chegada dos delegados, meses antes de se iniciarem as reuniões. A primeira atividade proposta pela delegação estadunidense foi levar os demais delegados para conhecer seu país, mais precisamente, mostrar seu parque industrial e suas tecnologias que, como aponta sagazmente o cubano, nada mais tinha por objetivo além de convencer que uma aliança entre as duas Américas seria benéfica para todos. O *Delegado* insiste, em todas as crônicas acerca do evento, em marcar a diferença entre as Américas e alertar para o perigo de tal aliança.

Acerca da boa vontade dos Estados Unidos em ajudar os *hermanos*, Martí nos escreve com espantosa lucidez:

(...) el paseo, que no es para decidir, sino para mostrar a los huéspedes la grandeza y esplendidez de las ciudades, y aquella parte de las industrias que se puede enseñar, a fin de que se les arraigue la convicción de que es de la conveniencia de sus pueblos comprar lo de éste y no de otros, aunque lo de éste sea más caro, sin ser en todo lo mejor, y aunque para comprar de él hayan de obligarse a no recibir ayuda ni aceptar tratos de ningún otro pueblo del mundo.(MARTÍ, 2005, p. 43)

A Conferência resultou na criação de um escritório de comércio que visava regular leis e tarifas aduaneiras em todo o continente americano. O escritório estava diretamente vinculado ao Departamento de Estado estadunidense e parecia mais um

²⁰ Em 1891, foi realizada em Washington a Conferência Monetária das Repúblicas da América, onde se discutiu as possibilidades de uma moeda comum, proposta que foi rejeitada por todas as delegações, inclusive a estadunidense. Nesta Conferência, Martí participou como delegado do Uruguai.

departamento do governo que uma organização internacional. Em 1910, o Departamento foi substituído pela União Pan-Americana que, posteriormente, em 1948, viria se tornar a OEA – Organização dos Estados Americanos.

As ideologias que inspiraram essas iniciativas interamericanas seguiram latentes ao longo do século XX e agora, no alvorecer do novo milênio, possuem atualidade e vitalidade que alimentaram iniciativas nas últimas décadas. De inspiração monroísta, a ALCA, sob os auspícios do governo estadunidense, propõe uma união econômica que mal disfarçadamente trazem elementos do *novo imperialismo*, vinculado às diretrizes neoliberais.

Como resposta, assistimos surgir no Sul duas propostas claramente antineoliberais, uma mais moderada, o Banco do Sul, e outra mais radical, a ALBA, esta última surgida no bojo da Revolução Bolivariana propugnada pelo ex-presidente Venezuelano Hugo Chávez. Podemos afirmar que a ALBA é pautada na reatualização do pensamento bolivariano, assente em três raízes da Revolução: robinsoniana, bolivariana e zamorana, tal como postulado nos documentos oficiais da República Bolivariana da Venezuela²¹. A raiz robinsoniana, inspirada nas ideias de Simón Rodríguez, tutor e professor de Bolívar, remete a um pensamento próprio, rompendo, dessa forma, com o domínio ideológico. A raiz bolivariana é símbolo da unidade latino-americana e, por ultimo, a raiz zamorana, em referência ao General Ezequiel Zamora, líder insurrecional da guerra federal venezuelana, entre os anos de 1859-1853, remete a luta por justiça social. Essa três raízes regem o antiimperialismo da Revolução Bolivariana.

²¹ Cabe destacar que as propostas integracionistas já figuram na nova Constituição venezuelana de 1999.

4. CUBA NO ROL DAS INDEPENDÊNCIAS NA HISPANO-AMÉRICA

(...) já estou todos os dias em perigo de dar minha vida por meu país e por meu dever — uma vez que assim entendo e tenho ânimo para realizá-lo — de impedir a tempo, com a independência de Cuba, que os Estados Unidos se alastrem pelas Antilhas e caiam, com essa força a mais, sobre nossas terras de América. Tudo o que fiz até hoje, fiz e farei, é para isso. Teve que ser em silêncio e indiretamente, porque há coisas que, para consegui-las, precisam estar ocultas, porque se proclamadas como são. Levantariam dificuldades demasiado graves para atingir seus fins.

José Martí

No final do século XIX, Cuba, Porto Rico e Filipinas eram as colônias remanescentes do império espanhol. Suas lutas pela independência se diferenciam, sobretudo em dois aspectos, das demais existentes no seio do mundo hispânico. Primeiro, sua condição geográfica insular, composta por ilhotas e, segundo, a ingerência direta do governo estadunidense.

A região caribenha sempre foi um domínio a parte do Império Espanhol. Desde o início da colonização sofreu ataques de piratas e corsários a invasão de potências europeias (França, Holanda, Inglaterra). As disputas entre as coroas europeias tinham o Caribe como cenário peculiar. A ilha de Cuba não fugiu a essa regra. Por seu posicionamento geográfico estratégico, foi alvo da cobiça de potências estrangeiras. Apesar disso, colonizadores e aventureiros, mais interessados no ouro e na prata que encontraram no México e na região andina da América do Sul, não tinham muito interesse nas inóspitas ilhas caribenhas, com relevos acidentados e constantes furacões.

Cuba, no entanto, passou a ser ao longo dos séculos de colonização um entreposto crucial entre a América e a Espanha. As embarcações que vinham com produtos da Europa paravam no porto de Havana para abastecer de água e de suprimentos necessários. Na volta, abarrotados de ouro, prata e safiras paravam à espera do momento mais propício (quando um grande comboio era formado) para voltar à metrópole. Não obstante sua posição estratégica, a economia cubana manteve-se agrícola e pastoril.

A fidelidade de Cuba à Coroa espanhola esteve ligada, desde 1820, a questão da escravidão. Enquanto em outras partes da América a escravidão declinava ou era formalmente abolida, em Cuba houve um incremento crescente de escravos negros nas plantações açucareiras.

No interessante estudo de Rafael Marquese (2009) sobre a escravidão no Atlântico, o Autor nos apresenta dois modelos distintos de exploração que denominou “Sistema Atlântico Ibérico” e “Sistema Atlântico do Noroeste Europeu”, para dar conta dos distintos processos em andamento nas Antilhas. O Sistema Atlântico Ibérico demonstrava a fraqueza das metrópoles, que desde o início da colonização recorreram a terceiros para o custeio de suas experiências ultramarinas. Os portos caribenhos serviam de entrepostos entre metrópoles e suas colônias americanas, ficando a margem da economia colonial. Já o Sistema Atlântico do Noroeste Europeu, desde o início explorou suas possessões antilhanas, que foram submetidas à monocultura e a escravidão no regime de plantation. A agricultura era altamente capitalizada, ou seja, trabalhada com claros fins mercadológicos. E, mais marcadamente, a desigualdade demográfica entre negros (a grande maioria) e a elite branca, dificultava a possibilidade de compra de alforrias por parte dos negros.

As reformas empreendidas por Carlos III em meados do século XVIII tiveram um impacto na regulamentação comercial nas colônias. Agora os portos das Américas poderiam comercializar livremente com os portos peninsulares, quebrando o monopólio do porto de Cádiz e fomentando as experiências de livre comércio. Isso trouxe modificações nas relações comerciais de Cuba.

Os reformadores ilustrados espanhóis, portanto, tinham claro que o modelo a ser implantado em Cuba deveria ser inspirado nas estruturas do Atlântico do Noroeste Europeu, isto é, economia escravista de plantation tal como existia nas Antilhas inglesas e francesas. Neste sentido, houve uma convergência fundamental entre os projetos da ilustração espanhola e os propósitos da oligarquia havaneira. Ambos os grupos pretendiam converter Cuba em uma nova *sugar island*. (MARQUESE, 2009, p. 259. Grifo do autor)

Enquanto no Atlântico do Noroeste Europeu a escravidão declinava e o sistema escravista ruía, em Cuba tratava-se de erigir uma nova estrutura sócio-econômica assentada no regime de plantation e na escravidão, ligada à Coroa espanhola. Mais da metade dos escravos introduzidos nas colônias espanholas foram para Cuba durante as décadas de 1790 e 1870. No entanto, à medida que eram trazidos negros africanos, também chegavam a Cuba colonos brancos, numa tentativa governamental de “equilibrar” racialmente a população e afastar o “perigo negro”. Nesse contexto, houve um enrijecimento das barreiras raciais na sociedade cubana.

Ao longo do século XIX, Cuba destacou-se como grande produtor de açúcar da região, comercializa especialmente com os Estados Unidos, acirrando a dependência econômica da ilha ao vizinho do Norte²². No final do século, Cuba era uma colônia com duas metrópoles: a Espanha, político-jurídica, e os Estados Unidos, econômica.

As primeiras manifestações independentistas cubanas, ainda no século XVIII, foram organizadas por negros livres, claramente inspirados pelo levante negro bem sucedido de Saint – Domingue (1792)²³. O temor de outra república negra em Cuba pairou pelos séculos seguintes, direcionando políticas para o “branqueamento” da população bem como a repressão imediata de qualquer movimento de negros. O racismo será um grande problema a ser enfrentado por Cuba ao longo de décadas.

No transcorrer do século XIX, três tendências políticas disputavam a primazia ideológica dos cubanos: os reformistas, com interesses em manter a escravidão e o apoio espanhol para preservar suas propriedades; os anexionistas, temerosos de um levante negro nos moldes de Saint – Domingue e interessados no comércio com o vizinho do Norte; e os independentistas, radicais partidários da abolição total da escravidão e da independência para Cuba.

²² Martí via com muito temor essa dependência cada vez mais acirrada da economia cubana aos Estados Unidos. Quase 100% da produção cubana era destinada ao mercado estadunidense. Grande parte dos anexionistas se beneficiava dessa situação, tanto na ilha quanto nos Estados Unidos. Ver Vega (1995) e Gott (2006).

²³ Comparada com outras ilhas caribenhas e mesmo com os Estados Unidos, o número de negros livres em Cuba era superior ao número de escravos.

A guerra independentista cubana teve a duração de três décadas (1868 – 1898), marcadas por conflitos abertos e momentos de trégua, que escondiam no subterrâneo turbulentas águas conspiratórias. De 1868 a 1878, desenrolou-se a *Guerra dos Dez Anos*; em 1879, uma pequena conspiração, abortada precocemente, *La Guerra Chiquita*, a Guerra Pequena, que durou alguns meses; de 1878 a 1895, um período de paz; de 1895 a 1898, a retomada, com todo vigor, da luta independentista, dessa vez articulando cubanos insulares e emigrantes, tendo como desfecho trágico a ingerência estadunidense²⁴.

A *Guerra dos Dez Anos* foi iniciada por Carlos Manoel de Céspedes (1819-1874), que se auto-intitulou “capitão-geral” da Cuba independente. A declaração formal ficou conhecida como *Grito de Yara*. Os principais líderes, dentre os quais Salvador Cisneros Bentacurt (1829 - 1914) e Ignacio Agramonte (1841-1873), eram filhos de ricas famílias proprietárias. Nesse levante, se propunha o fim da dominação espanhola.

Setores da elite branca local, favorecidos pelo regime escravista e o incremento crescente da produção açucareira, preferiam um acordo com a Espanha, pois, dessa forma, manteriam seus privilégios e, principalmente, conteriam qualquer levante negro.

A Guerra dos Dez Anos foi tanto uma guerra civil quanto uma guerra racial. De um lado, um punhado resolutivo de brancos proprietários de terras, apoiados por seus escravos negros e por negros livres; do outro, os exércitos espanhóis apoiados por grupos de colonizadores brancos racistas, muitos deles recém-imigrados da Espanha e cujos filhos se agrupavam em batalhões de matadores, os *voluntários*. (GOTT, 2006, p.90. Grifo do autor).

A reação à rebelião veio por parte do general Francisco Lersundi (1817-1874) que, junto com a elite branca e os colonizadores racistas, se organizaram em grupos de *voluntários*, empreenderam uma luta severa contra os insurretos. Lersundi

²⁴ No Manifesto do Partido Revolucionário Cubano, escrito em Monte Cristi, Honduras, e assinado por Martí e Máximo Gomes, fica claro a perspectiva histórica dos independentistas, que acreditavam estar a se desenrolar a última fase da guerra.

era contrário as propostas reformistas do novo governo espanhol²⁵ tanto quanto às aspirações dos independentistas insurretos²⁶. As agrupações de colonos brancos conhecidos como *voluntários* foram organizados formalmente, pela primeira vez, em 1825, ano em que se instalou na ilha um regime sob lei marcial, que objetivava conter a ação política de brancos (anexionistas/independentistas) bem como controlar a população negra livre e escrava. Retomou seu papel de destaque na administração de Lersundi, reprimindo os simpatizantes do movimento e perseguindo o *mambisado*.²⁷

Seu substituto, Domingos Dulce (1808 - 1869), não resistiu durante muito tempo às investidas dos *voluntários*, tendo sido exilado em 05 de junho de 1869. Seu sucessor, Caballero de Rodas (1816 – 1876), rendeu-se de bom grado aos ditames dos *voluntários*.

A guerra continuou por anos, mas tanto o mambisado como as tropas de voluntários, recusava-se a um confronto aberto. O confronto organizou-se como guerrilha, com grupos de insurretos em vários pontos da ilha. Contudo, a própria divisão interna do movimento foi seu pior inimigo. As duas principais contendas giravam em torno da abolição e a proposta de anexação aos Estados Unidos. Os mais radicais advogavam a abolição e a independência total. Os moderados apoiavam a ideia de abolição gradual, com o ressarcimento dos proprietários e a anexação, como estado, à potência do Norte.

Os Estados Unidos se mantiveram distantes do conflito, pela incerteza quanto aos rumos da revolução em relação à escravidão e por não querer se indispor com a Espanha. Continuou esperando o momento propício para intervir ou mesmo comprar a ilha da sua metrópole, proposta que foi reiterada por diversos governantes.

²⁵ A rainha Isabel havia sido deposta por um golpe infligido por dois oficiais do alto escalão do exército espanhol, Juan Prim (1814-1870) e Francisco Serrano (1810-1885), conhecida como a “Revolução Gloriosa” de 18 de dezembro de 1868.

²⁶ Vale lembrar que boa parte do exército *mambí*, era composta por negros e mulatos. Um de seus mais expressivos líderes militares, Antonio Maceo (1846 - 1896), era mulato.

²⁷ Os integrantes do exército revolucionário eram conhecidos por mambises.

Com a reinstauração da monarquia espanhola em 1874, um novo capitão-geral, Martínez Campos (1831-1900), foi designado para Cuba. Com propostas liberais como a participação de delegados cubanos nas Cortes de Madri e prometendo anistia a todos os insurretos, inclusive aos negros, Campos logrou uma saída diplomática para a rebelião. O armistício ficou conhecido como *Pacto de Sanjón*.

No entanto, muitos rebeldes ficaram descontentes com as propostas, dentre os quais Maceo, que não admitia um final sem independência e sem abolição. Exigiu um encontro com Campos, no qual expôs suas propostas claramente inconciliáveis com o novo governo. Esse episódio ficou conhecido como *Protesto de Baragua*. Apesar da postura belicista e inconformada de Maceo, não houve mais conflitos.

Em 1879²⁸ houve mais uma tentativa de levante, *la Guerra Chiquita*, a Guerra Pequena, que teve suas forças contidas em meses. Nesse conflito, a questão racial também pesou e Maceo foi impedido de lutar por ser mulato e por seu exército ser composto por negros. A sombra da revolução haitiana ainda pairava nas mentes dos colonos brancos, mesmo os insurretos. “O preconceito racial na sociedade cubana era então o principal obstáculo para a independência” (GOTT, 2006, p. 102).

Desde que assentou morada nos Estados Unidos, em 1882, José Martí passou a reunir-se com os emigrados e a rearticular a luta independentista. Em seus artigos para o *La Nación*, de Buenos Aires, e *El Partido Liberal*, do México, expunha claramente as características imperialistas do governo e da política econômica estadunidense. Sua postura combatente lhe rendeu a nomeação de Cônsul do Uruguai, em 1887, e do Paraguai e Argentina, em 1890. Sua nomeação permitiu uma visão privilegiada dos acordos diplomáticos quando da realização do Congresso de Washington, bem como uma acurada análise da política externa estadunidense e seu interesse econômico na América Hispânica. Contudo, nos primeiros anos da década de 90, abandonou seu trabalho como jornalista e como cônsul, para evitar problemas diplomáticos para os países que representava. Ainda não era o momento de trazer à luz a profundidade de seus planos.

²⁸ Martí estava de volta a Havana durante a Guerra Chiquita, beneficiado com a anistia do Pacto de Sanjón e, mais uma vez, foi preso e deportado para a Espanha, acusado de infidência.

Em sua última carta, escrita no campo de batalha para seu amigo Manuel Mercado²⁹, diz

(...) já estou todos os dias em perigo de dar minha vida por meu país e por meu dever — uma vez que assim entendo e tenho ânimo para realizá-lo — de impedir a tempo, com a independência de Cuba, que os Estados Unidos se alastrem pelas Antilhas e caiam, com essa força a mais, sobre nossas terras de América. *Tudo o que fiz até hoje, fiz e farei, é para isso. Teve que ser em silêncio e indiretamente, porque há coisas que, para consegui-las, precisam estar ocultas, porque se proclamadas como são. Levantariam dificuldades demasiado graves para atingir seus fins.* (MARTÍ, 2006, p. 252. Grifo nosso).

Entrou em contato com Gomez e Maceo, líderes militares da *Guerra dos Dez anos*, e pôs-se a organização efetiva do movimento. Para ele, a revolução deveria ser inspirada pela liberdade e pela equidade entre os homens e a guerra ganha sem ódio. A alma da revolução é aquela que une em torno do mesmo desejo sincero de implantar uma república fundada na liberdade, homens de todas as classes e linhagens, de todas as cores e todos os credos, juntos pela emancipação da pátria amada e pela fundação de uma nação soberana. A revolução é para o bem de todos os cubanos, e não deve ser movida pelo ódio ao espanhol. A guerra tem de ser feita com espírito republicano, visando garantir a independência efetiva de Cuba ao final da guerra contra a Espanha. Deve ser “(...) una guerra digna del respeto de sus enemigos y el apoyo de los pueblos, por su rígido concepto de derecho del hombre, y su aborrecimiento de la venganza estéril y la devastación inútil” (MARTÍ, 1972, p. 186)

O Delegado preocupava-se não somente com a luta armada para por fim ao colonialismo, mas esforçava-se por esboçar um modelo de governo que pudesse, não somente romper com os laços e vícios coloniais, mas conter as intenções anexionistas/imperialistas estadunidense, tão efusivamente alardeadas em sua imprensa e que tanto inquietavam *el Maestro*.

²⁹ Escrita no acampamento de Dos Rios, em 18 de maio de 1895. Martí deixou a carta inconclusa.

Ademais, as independências de Cuba e Porto Rico seriam diversas das demais repúblicas americanas por seu papel para “o equilíbrio do mundo”. Para Martí, tratava-se não somente da emancipação política, mas de garantir a efetiva independência das duas partes que compõe a América: do olhar ganancioso do irmão mais forte que se debruça sobre *nossa América* e salvar a democracia da *outra América*. Era necessário conter, com a liberdade das Antilhas, a veloz marcha imperialista que avançava para o Sul, sobre os povos das jovens repúblicas sofridas. As trincheiras levantadas pela liberdade conferem à luta cubana um caráter internacional, um valor universal.

(...) a independência de Cuba e Porto Rico não é apenas o único meio de assegurar o bem-estar decoroso do homem livre no trabalho justo para os habitantes das duas ilhas, como também o fato histórico indispensável para salvar a independência ameaçada das Antilhas livres, a independência ameaçada da América livre, e a dignidade da república norte-americana. (MARTÍ, 2006, p 236)

A incompatibilidade de elementos que compõem as duas partes do continente separa seus povos à medida que a convivência, pautada na desigualdade e no interesse da parte mais forte, traria danos duradouros para *nossa América*. Contudo, é possível e desejável uma relação amistosa desde que balizadas pela igualdade.

Na América há dois povos, e não mais do que dois, de alma muito diversa pelas origens, antecedentes e costumes, e somente semelhante na identidade fundamental humana. De um lado está *nossa América*, e todos os seus povos são de uma só natureza, e de berço parecido ou igual, e de igual mescla imperante; de outro lado está a América que não é *nossa*, cuja inimizade não é prudente nem viável fomentar, e da qual, com decoro firme e a sagaz independência, não é impossível, e é útil, ser amigo (MARTÍ, 2007, p.63)

Em *Carácter*³⁰, Martí deixa claro a impossibilidade de anexação de Cuba como membro, com igualdade de direitos e respeito, à nação estadunidense. A anexação não é possível, “pois um povo soberbo que cria a si mesmo, não respeita um povo incapaz de forjar sua própria nação”. Cuba já entraria com “títulos inferiores na grande federação”. De fato, esforça-se para mostrar o quão desnecessária seria uma ação anexionista, pois os cubanos, fortes e zelosos de sua pátria, podem forjá-la com seus próprios braços.

Eram duas as tarefas históricas da Revolução: criar o Estado nacional cubano e empreender as mudanças econômico–sociais, essenciais após quatro séculos de colonização e que garantiriam a independência efetiva ao final do conflito. Para *el Maestro*, a soberania só se conquista na luta pela liberdade.

Uma de suas maiores lutas, no entanto, não se travou no campo de batalha. Martí dedicou-se a desfazer o “temor ao negro”, marcada forte e insistentemente entre os cubanos.

Teremos mais medo de quem mais tem sofrido em Cuba pela privação da liberdade, no país onde o sangue que ele derramou por ela se fez amar demais para ameaçá-la? Teremos medo do negro, do negro generoso, do negro irmão, que nos cubanos que por ele morreram, perdoou para sempre os cubanos que ainda o maltratam? Pois eu sei de mãos de negro que estão mais cheias de virtude que a de qualquer branco que eu conheço: eu conheço o amor do negro pela liberdade sensata, que só na intensidade maior e útil se diferencia do amor pela liberdade do cubano branco: eu sei que o negro ergueu o corpo nobre e está sustentando, como coluna firme, as liberdades pátrias. Que outros lhe temam: eu o amo; a quem falar mal dele, que não o conhecer, eu digo de boca cheia: — “Mentem!”. (MARTÍ, 2006, p.226)

Para Martí, não existe divisão entre negros e brancos e sim entre homens de boa-fé e homens maus e interesseiros. A divisão, se existir, está posta entre o bem e o mal. Para o *Delegado*, basta dedicar um olhar atento para as lutas do povo cubano para perceber quão injusta e imoral é o “temor ao negro”. Em *El Manifiesto de Montecristi*³¹,

³⁰ Publicado no *Pátria*, em 30 de julho de 1892.

³¹ Escrito em Montecristi, Santo Domingo, em 25 de março de 1895, dias antes dos insurretos zarparem em direção a Cuba.

escrito por Martí e subscrito pelo *General en Jefe* Máximo Gómez, vemos a preocupação de reunir todos os elementos cubanos em torno da causa independentista.

La revolución, con su carga de mártires, y de guerreros subordinados y generosos, desmiente indignada, como desmiente la larga prueba de la emigración y la tregua en la isla, la tacha de amenaza de la raza negra con que se quisiese inicualemente levantar, por los beneficiarios del régimen de España, el miedo a la revolución (MARTÍ, 1972, pp.182-183)

Em seu trabalho como Delegado do PRC, Martí tentou arrecadar fundos para a ofensiva militar, bem como articular as forças da ilha com os grupos formados pela emigração. Eram os grupos de emigrados cubanos, espalhados por diversas cidades dos Estados Unidos, que garantiam a mobilização de recursos estratégicos para levar adiante manobras independentistas. O plano consistia em chegar a Cuba e encontrar as tropas cubanas prontas para um ataque conjunto. Os grupos armados em diversas províncias seriam reforçados por grupos que chegariam e engrossariam as fileiras insurgentes.

Em suas *Recomendaciones*³², o Delegado expressa o direcionamento político do movimento e suas preocupações com o estabelecimento da nova república. Percebemos o zelo com que se dedicava ao projeto que orientou as escolhas de sua vida.

Que continuemos la revolución para fomentar y hacer imperar el carácter natural cubano suficiente a la república pacífica, y para impedir que so pretexto de independencia, se adueñen de la revolución los caracteres desconfiados, autocráticos o extranjerizos que impedirían el triunfo de la guerra y de la paz cordial después de ella. (MARTÍ, 1972, p. 129)

³² Publicado no *Pátria*, em 03 setembro de 1892.

O Plano de Fernandina orientava as ações e tratava de dar base material – armamentos - para a insurreição. Deveriam sair do Porto de Fernandina³³ três embarcações levando homens e munição para a ação efetiva em par com as forças resistentes em Cuba. No entanto, o plano foi traído e o governo estadunidense apreendeu as armas. O Delegado reorganizou rapidamente as forças, pois o levante não poderia mais esperar.

Martí reuniu-se com Gomez em Santo Domingo para findar os últimos preparativos antes do levante em Cuba. Nesse íterim, escreve cartas e documentos revolucionários nos quais expõe a profundidade de seus planos e sentimentos, seus anseios quanto aos rumos tomados pela revolução e o destino de sua amada pátria. É necessário emancipar Cuba de sua servidão e, o mais importante, a guerra não poderá ser berço de tiranias.

La guerra no es la tentativa caprichosa de una independencia más temible que útil, que sólo tendrían derecho a demorar o condenar los que mostrasen la virtud y propósito de conducirla a otra más viable y segura, y que no debe en verdad apetecer un pueblo que no pueda sustentar; sino el producto disciplinado de la resolución de hombres enteros que en el reposo de la experiencia se han decidido a encarar otra vez los peligros que conoce, y de la congregación cordial de los cubanos de más diverso origen, convencidos de que en la conquista de la libertad se adquieren mejor que en el abyecto abatimiento las virtudes necesarias para mantenerla. (MARTÍ, 1972, p. 180)

Já em Cuba, o Delegado recebe um correspondente do *New York Herald* e explana para toda a sociedade estadunidense as diretrizes, as razões, as composições e os rumos tomados pela revolução.

³³ Porto da Flórida, Estados Unidos.

Los cubanos reconocen el deber urgente que les imponen para con el mundo su posición geográfica y la hora presente de la gestación universal; y aunque los observadores pueriles o la vanidad de los soberbios lo ignoren, son plenamente capaces, por el vigor de su inteligencia y el ímpetu de su brazo, para cumplirlo; y quien cumplirlo. (...) A los pueblos de la América española no pedimos aquí ayuda, porque firmará su deshonra aquel que nos la niegue. Al pueblo de los Estados Unidos mostramos en silencio, para que haga lo que deba, estas legiones de hombre que pelean por lo que pelearon ellos ayer, y marchan sin ayuda a la conquista de la libertad que ha de abrir a los Estados Unidos la Isla que hoy le cierra el interés español. Y al mundo preguntamos, seguros de la respuesta, si el sacrificio de un pueblo generoso, que se inmola por abrirse a él, hallará indiferente o impía a la humanidad por quien se hace. (MARTÍ, 1972, pp. 200-208)

Logo nos primeiros embates com o exército espanhol, Martí desobedece a ordem do General en Jefe e vai para a frente de batalha. Em uma emboscada, é alvejado com tiros e cai ferido de morte. Em 19 de maio de 1895, a revolução perde prematuramente seu mais ardente e engenhoso pensador. Os rumos da guerra estavam traçados.

Martínez Campos foi enviado mais uma vez a Cuba como mediador das negociações com os *mambises*. Entretanto, diante da rápida e obstinada ofensiva dos independentistas, alertou a Espanha quanto à impossibilidade de subjugar-los sem uma força efetiva que, àquela altura, o império não possuía mais. Em 1896, Campos renunciou e retornou a Madri.

Assume o cargo o general Valeriano Weyler (1838-1930), conhecido por seu caráter violento e cruel. Sua principal tática para conter a marcha dos mambises sobre as principais cidades ficou conhecida como campos de concentração (*reconcentración*). O exército espanhol forçou o traslado de milhares de cubanos residentes na zona rural para as cidades, com o intuito claro de dificultar as ações do mambisado, uma vez que se tornaram escassos os suprimentos e as provisões, as informações e, principalmente, a falta de homens para recompor as frentes insurretas.

Del conjunto de medidas adoptadas por las autoridades coloniales, La reconcentración de pacíficos civiles fue la de mayor impacto debido a sus nefastas consecuencias sociales. Basándose en la necesidad militar de privar al Ejército Libertador de recursos alimenticios y de información que le suministraba la población patriota, decenas de miles de personas fueron trasladadas, por la fuerza, de las zonas rurales a las urbanas. Aún hoy no se puede precisar la cifra de personas que perecieron por hambre y enfermedades producidas por el hacinamiento y la falta de higiene. Los cálculos formulados van desde los 200,000 hasta 350,000 muertes. La inmensa mayoría de las víctimas fueran mujeres, niños y ancianos. (VEGA, 1995, p.98)

A violência empregada pelo general Weyler contra o exército mambí e a população cubana logo ultrapassou os limites da ilha e ganhou amplo espaço na mídia estadunidense. O discurso já era embasado nos “direitos humanos”³⁴. O governo estadunidense, depois de ansiosa espera que durara quase um século, tentou estabelecer acordos com o governo espanhol para um cessar fogo. Este propôs aos insurretos medidas que visavam uma maior autonomia local, mas claramente presos ao império espanhol. Os líderes, lembrando o fiasco do *Pacto de Sanjón*, não aceitaram as propostas e continuaram em combate.

Um dos fatores que contribuiu para a manutenção de Cuba e Porto Rico com o status de colônia durante o século XIX, fora do circuito independentista no continente americano, foi o apoio dos Estados Unidos ao governo espanhol. Com interesse crescente nas duas ilhas, mas sem condições de uma guerra aberta com a Espanha, mantiveram relações diplomáticas até que o momento propício surgisse.

Nesse ínterim, um navio americano, *Maine*, que estava ancorado nas proximidades da ilha, explodiu. O governo estadunidense acusou imediatamente as tropas espanholas do ocorrido e declarou guerra contra a Espanha. A primeira intervenção militar estadunidense em Cuba ocorreu em 1898. Duas guerras se processavam no mesmo momento histórico e espaço geográfico. A guerra independentista hispano-cubana e a hiapano-estadunidense. Esta, emblemática do conflito histórico entre o velho colonialismo e o capitalismo monopolista em sua versão mais cruenta: o imperialismo.

³⁴ Como assevera Wallerstein (2007), a ingerência estrangeira é difícil de legitimar, recorrendo a justificativas morais para perpetrar violências e atrocidades que entram em conflito direto com a moralidade hasteada como bandeira.

A atuação do governo estadunidense foi rápida e contundente, acabando por solapar de vez as ruínas do Império Espanhol. Já em 1º de maio de 1898, foram investidas forças contra as Filipinas³⁵. Também avançaram sobre Porto Rico e a Ilha de Guam.

O já enfraquecido governo espanhol, envolvido em batalhas em suas possessões ultramarinas (a guerra independentista de Cuba e das Filipinas foram concomitantes), não tinha condições de manter uma batalha com o exército estadunidense. Esse foi o fim do outrora grandioso Império Espanhol. A *política da fruta madura* mostrou-se eficiente para o governo de Washington.

.A organização militar das tropas estadunidenses em território cubano foi desorganizada e ineficiente. A vitória só foi possível devido ao avanço técnico-científico estadunidense em relação à armada espanhola. Mas, no geral, a ação do exército foi débil. De fato, sua atuação até meados dos anos 70 foi pautada na defesa das fronteiras nacionais, desalojamento dos indígenas de suas terras e na conquista de novos territórios. Após o fim da Guerra de Secessão, foram formadas escolas especializadas e treinamentos militares passaram a ser regulares. No entanto, as forças do exército continuavam comprometidas. (VEGA, 1995)

As forças revolucionárias cubanas, depois de três anos de confronto, tiveram sua vitória roubada pelas tropas ianques. Em sua maioria negra, o mambisado foi desarticulado e menosprezado pelo exército invasor, de maioria branca. A política estadunidense foi claramente racista, reunindo somente os oficiais brancos e retirando as armas dos combatentes negros.

Em Cuba, foi instalado o governo militar sob o comando do general Leonard Wood. Mas os cubanos começaram a exigir eleições para um novo governo da nascente república. Mais uma vez, anexionistas e independentistas se confrontaram. Mesmo com o apoio do governo invasor, os independentistas ganharam as eleições, deixando em suspenso as possibilidades e ambições do governo americano.

³⁵ Mediante um suposto acordo com os Estados Unidos, os filipinos lograram por fim ao domínio colonial espanhol. No entanto, o governo estadunidense se recusou reiteradas vezes a aceitar e reconhecer o novo Estado Filipino.

Em seu discurso *Com todos e para o bem de todos*³⁶, Martí fala esperançosamente à emigração da alma da revolução e da liberdade que deveria seguir a luta. Conhecedor das forças contrárias dentro do movimento, responde aos anexionistas de maneira simples, quase antevendo o final da guerra que organizava. Entre a esperança idealista e o pensamento rápido de um político atento a conjuntura internacional, expôs seus temores de que a república já nascesse comprometida e corrompida em suas bases (MARTÍ, 2006, p. 223)

(...) E com letras de luz deve-se ler que não procuramos, neste novo sacrifício, meras formas, nem a perpetuação da alma colonial em nossa vida, com novidades e uniforme ianque, mas sim a essência e a realidade de um país republicano nosso, sem o medo doentio de que alguns pela expressão saudável de todas as ideias e o honrado emprego de todas as energias, — nem, de parte de outros, aquele roubo ao homem, que consiste em pretender imperar, em nome da liberdade, pelas violências que prescindem do direito dos outros às garantias e aos métodos dela.

Uma Assembleia Constituinte foi convocada e a nova constituição foi elaborada. No entanto, a ingerência estadunidense forçou os constituintes a adoção de uma ementa, que garantiria uma estreita relação entre a ilha e o governo invasor, conhecida como Emenda Platt³⁷. Essa ementa “(...) foi um dos documentos definidores da era imperial” (GOTT, 2006, p. 132). Nela ficaram estabelecidas as bases da “falsa” república cubana.

Os sete artigos que compunham a Emenda Platt versavam sobre a intrincada relação do governo de Washington com os futuros governos da ilha, que ficavam terminantemente proibidos de estabelecer acordos e tratados com qualquer outra potencia estrangeira além de garantir a intervenção militar estadunidense quando “fosse necessário”.

³⁶ Discurso pronunciado no dia 26 de novembro de 1891, no Liceu Cubano de Tampa.

³⁷ A ementa foi formalmente revogada em 1934, mas seus efeitos se fizeram sentir por todo o século XX. A ementa consta integralmente nos anexos desse trabalho.

A Emenda Platt e a intervenção estadunidense fizeram naufragar o sonho martiano de uma nova república americana, livre da constituição colonial. Roubou a vitória, a luta, o sangue de milhares que permaneceram nos campos de batalha, a olhar com esperança o futuro que se aproximava.

(...) Unamo-nos, cubanos, nesta outra fé: com todos e para todos: a guerra inevitável, de modo que a pátria a respeite, a deseje e a ajude e que o inimigo não a mate, no nascedouro, por local, por pessoal ou incompleta; a revolução de justiça e de realidade, para o reconhecimento e prática franca das liberdades verdadeiras! (MARTÍ, 2006, p. 222).

4.1 O Partido Revolucionário Cubano e a revolução independentista cubana

Para por em prática os planos independentistas, Martí e os outros compatriotas fundaram o Partido Revolucionário Cubano (PRC), instrumento ideológico/organizador da guerra anticolonial. Com características distintas dos demais partidos, não tinha fins eleitorais e sua preocupação constante era impedir o expansionismo estadunidense. Martí julgava necessário criar uma sólida unidade, portadora de uma ideologia capaz de catalisar as mudanças sócio-jurídicas que seriam necessárias na república que se buscava criar. Ademais, Martí tinha em mente as causas do malogro das anteriores tentativas de independência, sendo a pouca organização interna do movimento e a falta de apoio externo decisivas. A organização ideológica/estratégico/militar do partido para legitimar a revolução nacional bem como angariar o apoio internacional era fundamental.

Nas palavras do *Delegado*

Y lo primero que se ha de decir, es que los cubanos independientes, y los puertorriqueños que se les hermanan, abominarían de la palabra partido si significase mero bando o secta, o reducto donde unos criollos se defendiesen de otros; y a la palabra partido se amparan, para decir que se unen, en esfuerzo ordenado, con disciplina franca y fin común, los cubanos que han entendido ya que, para vencer a un adversario deshecho, lo único que necesitan es unirse. (MARTÍ, 1972, p.119).

No documento *Bases del Partido Revolucionario Cubano*³⁸ Martí esclarece para os emigrados cubanos e para os residentes na Ilha a função do PRC na luta independentista e seus objetivos, dentre os quais destacamos: agregar esforços dos insurretos; organizar a ação militar mediante uma cautelosa análise conjuntural e o estudo da história cubana, a fim de não incorrer nos erros das tentativas passadas; arrecadar fundos para a ação militar; dar a conhecer o espírito que os motiva e estabelecer relações amigáveis com os povos que pudessem ajudar na ofensiva independentista.

Nesse sentido, vale ressaltar o trabalho do *Delegado* em amealhar o apoio dos cidadãos estadunidenses, pois sabia que poderiam, se assim pretendessem, exercer pressão sobre órgãos oficiais e modificar, ou mesmo neutralizar, algumas tendências políticas dos governantes. Para tal, escrevia para periódicos nacionais em língua inglesa apresentando os motivos e a necessidade do movimento revolucionário independentista, tentando, dessa forma, mobilizar a sociedade em favor dos insurretos. “Esta sistemática campaña estaba dirigida a contrarrestar la previsible actuación del gobierno norteamericano contra los independentistas” (HIDALGO PAZ, 1993, p.97).

Ao considerar as dificuldades enfrentadas pelo PRC na articulação e preparativos para a revolução, Martí tinha em mente dois grandes problemas que urgiam ser amenizados para a campanha independentista lograr êxito: a possível intervenção estadunidense, dado suas relações amistosas com o governo espanhol e sua mal disfarçada intenção anexionista, bem como a propaganda aberta e declarada de setores cubanos emigrados e insulares de seu desejo pela anexação que constava nas declarações do próprio governo ianque. Portanto, era estratégia do partido buscar mobilizar cidadãos estadunidenses para a causa independentista, ancorados na celebração de seus ideais democráticos e de liberdade.

No ignoraba el Delegado la fuerza y la influencia de los representantes de la Corona y de los anexionistas en las altas esferas del gobierno de los Estados Unidos y que los objetivos de los revolucionarios cubanos no gozaban de los favores de la generalidad de los miembros de la dirección política del país (HIDALGO PAZ, 1993, p.98).

O movimento independentista cubano contava com o apoio de parcelas de cidadãos estadunidenses que estavam em constante contato com os dirigentes e integrantes do PRC, em clubes e encontros fortuitos, e compartilhavam suas aspirações republicanas. Cabe ressaltar que, na perspectiva da harmonia e do equilíbrio que deveriam existir entre os povos das diferentes pátrias (ideia recorrente na obra martiana), os Estados Unidos também seriam beneficiados pela “estratégia continental” martiana, pois poderiam resgatar os ideais de justiça, liberdade e democracia

³⁸ Publicado no primeiro número de *Pátria* (órgão de divulgação do partido), em 14 de março de 1982.

esquecidos pela sociedade e pelos dirigentes no afã do lucro e da riqueza. Isso mostra que Martí não tinha uma visão monolítica da sociedade em que vivia, mas receava os aspectos negativos enquanto destacava como desejável o que considerava justo e valoroso.

A par disso, Martí, diante da *ianquemania* que contagiava os espíritos de letrados e políticos hispano-americanos, que aspiravam a uma realidade que, de fato, não conheciam, decide fazer uma secção no jornal *Pátria* para reproduzir textos de periódicos estadunidenses e mostrar à Hispano-América a verdade sobre os Estados Unidos, uma sociedade corrompida e metalizada, cada vez mais afastada dos ideais dos “pais fundadores”. E exorta, mais uma vez, para que tenhamos zelo com o que é nosso e olhemos com cuidado e critério o que vem de fora e busquemos avidamente, em detrimento de nossos elementos constitutivos e originais.

Seja qual for a causa, impaciência da liberdade ou medo dela, preguiça moral ou aristocracia risível, idealismo político ou ingenuidade de neófito —, o certo é que convém, e ainda urge, colocar diante de nossa América toda a verdade americana, tanto do saxão como latino, para que a fé excessiva na virtude alheia não nos enfraqueça, em nossa época de fundação, com a desconfiança sem motivo e funesta do que é nosso. (MARTÍ, 2006, pp.247-248)

Em *Nuestras ideas*, apresentado ao público no primeiro número do *Pátria*, é exposto o caráter ideológico do periódico e o que defende o PRC para empreender mais uma etapa da guerra independentista. Martí fala da “guerra justa”. Nenhuma guerra é boa, aponta o Delegado, no entanto, não podemos fugir da guerra que é inevitável. Nesse caso, fugir à luta é vergonhoso, é indecoroso. Deve-se lutar pela glória da pátria e não para engrandecer a si mesmo.

Otros hombres aman a sus semejantes más que a sí propios, a sus hijos más que la misma vida, al bien seguro de la libertad más que al bien siempre dudoso de una tiranía incorregible, y se exponen a la muerte por dar vida a la patria. (MARTÍ, 1972, p. 113)

A guerra seria pautada pelo amor. O patriotismo martiano reveste-se de uma luta pela igualdade social, sem diferenças raciais, assentada nas bases da humanidade, nos valores universais. A guerra não é movida pelo ódio ao espanhol, mas pela injustiça do sistema colonial. Também não é movida por um ódio ao estadunidense, mesmo quando Martí reputa sua política externa para com os vizinhos como indecorosa e desonrada.

Ao tratar das ambições do PRC, Vega (1995) delinea dois tipos de atividades diplomáticas. Dirigir-se aos governos das repúblicas hispano-americanas, ou diretamente aos povos da América. Dessa forma, Martí buscou respaldo nas bases populares e, em paralelo, traçou três planos de ação. O primeiro, de longo alcance, visava conseguir apoio de todos os governos; o segundo, de médio alcance, de alguns governos e, por último, o de pequeno alcance, de ao menos um governo para impedir o isolamento total dos cubanos. Isso mostra a flexibilidade da estratégia martiana em inserir a revolução num contexto internacional pouco favorável. “El estadista maduro que había ya en el político cubano le permitía apreciar con objetividad el peso de los intereses en la diplomacia y relaciones internacionales (...)” (VEGA, 1995, pp. 53-54).

Ao buscar apoio dos governos hispano-americanos, Martí apontava uma faceta internacionalista da revolução e, ao lutar pela independência de Porto Rico junto com Cuba, denota o caráter americanista de suas aspirações emancipatórias. As trincheiras levantadas pela liberdade conferem a luta cubana um caráter internacional, um valor universal.

Nesse contexto, o argumento principal era a defesa contra *el peligro mayor*, a expansão estadunidense para o Sul da América. A primeira medida a se tomar era a defesa e independência das Antilhas, “o fiel da balança” entre as duas Américas. Ademais, a independência de Cuba e Porto Rico, além das disputas bélicas, encenavam, no plano das relações internacionais, uma disputa entre as potências para a expansão imperialista.

No *Manifiesto de Montecristi*, Martí se dirige ao povo cubano para esclarecer as ações do PRC e as motivações do movimento independentista, mostrando que a guerra se faz num momento histórico diverso das demais nações e, principalmente,

com um povo lúcido e atuante, capaz de discernir a importância da revolução e seu papel histórico para o “equilíbrio do mundo”. É necessário forjar a nacionalidade cubana, e isto se fará pelas mãos dos guerreiros e no coração de todos os que aspiram a uma pátria justa, igualitária, republicana, democrática.

Cuba vuelve a la guerra con un pueblo democrático y culto, conocedor celoso de su derecho y del ajeno; o de cultura mucho mayor, en lo más humilde de él, que las masas llaneras o indias con que, a la voz de los héroes primados de la emancipación se mudaran de hatos en naciones las silenciosas colonias de América; y en crucero del mundo, al servicio de la guerra y a la fundación de la nacionalidad le vienen a Cuba, del trabajo creador y conservador en los pueblos más hábiles del orbe, y del propio esfuerzo en la persecución y miseria del país, los hijos lucidos, magnates o siervos, que de la época primera de acomodo, ya vencida, entre los componentes heterogéneos de la nación cubana, salieron a preparar, o en la misma Isla continuaron preparando, con su propio perfeccionamiento el de la nacionalidad a que concurren hoy con la firmeza de sus personas laboriosa, y el seguro de su educación republicana.(MARTÍ, 1972, pp. 181-182)

Ademais, além de organizar ideológica e militarmente a guerra, o PRC lança as bases do que deveria vir a ser a democracia sincera, livre dos males coloniais, que se estabeleceria em Cuba. A guerra independentista é a primeira etapa, fundar uma república verdadeiramente democrática é um dos principais objetivos do partido.

5 O PROJETO POLÍTICO MARTIANO: NUESTRA AMÉRICA E A SEGUNDA INDEPENDÊNCIA CONTINENTAL

Com os oprimidos havia que fazer causa comum para afiançar o sistema oposto aos interesses e hábitos de poder dos opressores. O tigre, espantado com o fogaréu, volta de noite ao lugar da presa. Morre soltando chama pelos olhos e com as garras ao ar. Não se houve chegar, pois vem com garras de veludo. Quando a presa desperta, o tigre está em cima. (...) O tigre espera, detrás da árvore, agachado em cada esquina. Morrerá, com as garras ao ar, lançando chama pelos olhos.

José Martí

Martí desenvolveu sua peculiar visão da continente americano ao longo de uma vida errante, indo a diversos lugares, residindo e trabalhando, e, por fim, em sua longa estadia nos Estados Unidos, consolidou sua percepção de que o continente era composto de duas partes diversas histórica, cultural e espiritualmente.

De um lado há na América um povo que proclama seu direito, por autoproclamação, de reger, pela moralidade geográfica, o continente, e que anuncia, pela boca de seus estadistas, na imprensa e no púlpito, no banquete e no congresso,, enquanto põe a mão sobre uma ilha e tenta comprar outra, que todo o norte da América deve ser seu e que se deve reconhecer-lhe o direito imperial do istmo para baixo; e, do outro, estão os povos de origens e fins diversos, cada dia mais ocupados e menos receosos, que não possuem outro inimigo real que sua própria ambição e a do vizinho que os convida a que poupem o trabalho de tirar-lhes amanhã, pela força, o que lhe podem dar, com agrado, agora (MARTÍ, 2006, p. 179).

Pensador inquieto e constantemente interpelado pela realidade que o circundava, Martí foi amadurecendo seu pensamento ao longo de sua vida. Na juventude, teve contato com a brutal face do colonialismo espanhol, quando esteve no presídio político. Desterrado, conheceu a metrópole em seu curto período republicano e destacou sua incoerência em relação às colônias remanescentes. Percorreu o continente americano ao longo de suas andanças pelo México, Guatemala e Venezuela (onde compreendeu as mazelas sociais herdadas do colonialismo espanhol e as conseqüências para a população mais pobre do liberalismo *à americana*) e terminou

por aprofundar seu olhar sobre a *outra* América, durante os últimos anos de sua vida. Para fins didáticos, podemos dividir “em etapas” a sedimentação do pensamento martiano:

- a) Descobrimto da riqueza natural e cultural da Hispano-América;
- b) As origens de suas mazelas sociais, assentadas em séculos de políticas colonialistas e em cópias “sem vida e sem raízes” de modelos alheios;
- c) O atraso da Hispano-América e o novo cenário internacional;
- d) O expansionismo e imperialismo das grandes potências. Livres as ilhas, poderiam conter a marcha imperialista e expansionista estadunidense;
- e) A independência de Cuba e Porto Rico como um fator de equilíbrio no cenário internacional e a proteção das frágeis repúblicas e servindo como um modelo político autóctone, com os pés fincados no solo americano. Livres as ilhas, poderiam conter a marcha imperialista e expansionista estadunidense.³⁹

As concepções martianas acerca do que seria *nuestra América* foram se cristalizando ao longo de sua peregrinação pela América do Sul. Em sua estadia no México⁴⁰, Martí teve seu primeiro contato com a autoctonia americana, com os povos indígenas do Sul do continente e o remanescente das grandes civilizações devastadas pela colonização. Foi na Guatemala⁴¹ que se consolidou sua visão da Hispano-América e dos males originários de séculos de espoliação por parte do conquistador europeu. Atento observador, percebeu que as causas da permanência dos males coloniais nas novas repúblicas resultava do latifúndio e da monocultura.

³⁹ Nesse contexto, existia uma contenda na região caribenha acerca da construção de um canal no Istmo, intento estadunidense que teve início em 1880 e terminou em 1914 com a construção do Canal do Panamá.

⁴⁰ Martí esteve no México de fevereiro de 1875 a dezembro de 1876.

⁴¹ A partir dos escritos da Guatemala, aparecem na obra martiana as expressões “nossa América” e “mãe América”.

Ao analisar a política liberal do presidente Barrios⁴² ficou patente que remédios alheios não solucionariam nossos problemas. Apesar da originalidade do novo código civil guatemalteco, efusivamente elogiado por Martí em seu escrito *Los códigos nuevos*, o latifúndio e a opressão sobre os indígenas foram práticas correntes no governo Barrios.

Em sua estadia no México e na Venezuela, Martí formulou aspectos fundamentais para seu ideário latino-americanista. Na Venezuela, onde residiu e trabalhou por um breve período⁴³, Martí sedimentou suas ideias acerca da unidade e da identidade de nuestra América, e o fez contrapondo-se veementemente ao modelo político liberal, que imperava nos círculos intelectuais e entre a classe dirigente. O liberalismo político, tal como foi incorporado por intelectuais e dirigentes da Hispano-América, propunha o fim dos privilégios coloniais, a separação entre o Estado e a Igreja, o regime democrático em um governo republicano, ideias com as quais Martí se afinava. No entanto, os liberais latino-americanos acreditavam que o progresso e o desenvolvimento só seriam possíveis com a intervenção estrangeira, mais especificamente, estadunidense. Em toda América Hispânica, os governos eram fusões de valores liberais e autoritários.

Segundo Pedro Pablo Rodriguez (2006), um dos aspectos relevantes da obra martiana a ser considerado no estudo de seu projeto continental, é a crítica ao liberalismo. O liberalismo político não podia ser aplicado indiscriminadamente pelos governos da Hispano-América devido à situação colonial que perdurava nas jovens repúblicas e o liberalismo econômico só aprofundaria a dependência em relação às grandes potências. Para Martí, um dos elementos que contribuem para afundar nossas repúblicas em problemas é o fato de os governantes desconhecerem seus povos, suas riquezas e culturas, querendo governar com leis alheias povos diversos.

⁴² Justo Rufino Barrios (1835-1885) era o governante da Guatemala durante a estadia do jovem cubano nas terras do quetzal. Tinha uma política liberal, tornando o ensino laico e diminuindo a influência da Igreja. Contudo, submetia a população indígena a trabalho compulsório e perseguia abertamente seus adversários políticos, dentre os quais José Martí.

⁴³ Martí esteve na Venezuela de janeiro a julho de 1882.

Resolver o problema depois de conhecer seus elementos é mais fácil que resolver o problema sem conhecê-los. Vem o homem natural, indignado e forte, e derruba a justiça acumulada dos livros, porque esta não é administrada de acordo com as necessidades patentes do país. Conhecer é resolver. Conhecer o país e governá-lo conforme o conhecimento é o único modo de livrá-lo de tiranias. A universidade europeia há de se render à universidade americana. (...) Os políticos nacionais haverão de substituir os políticos exóticos. Enxerte-se em nossas repúblicas o mundo, porém o tronco há de ser o de nossas repúblicas. E cale-se o pedante vencido, porque não há pátria em que o homem possa ter mais orgulho do que em nossas doloridas repúblicas americanas. (MARTÍ, 2007, p. 53)

Sua crítica ao liberalismo hispano-americano reside na contradição entre o discurso que apregoava a liberdade política em contraposição às massas de miseráveis jogados à fome e vilipendiados, relegando grande parte da população às margens da política e da fugaz prosperidade em que viviam nossas repúblicas. Abrem-se campanhas pela liberdade política; deveriam abrir-se com maior vigor pela liberdade espiritual, pela adaptação do homem à terra em que há de viver. (MARTÍ, 2007, p.62).

Martí dividiu a história Hispano Americana em três momentos: o primeiro diz respeito às civilizações pré-colombianas, período original e autóctone; o segundo refere-se aos quatro séculos de colonização, a tragédia que se abateu sobre a América e, por último, o terceiro período, iniciado com as lutas pela independência. Dessa forma, ele considerava a independência das Antilhas como desfecho do movimento iniciado no século XIX, reforçando a continuidade histórica do processo. O pensador tinha profundo interesse na história dos povos pré-colombianos. Suas narrativas sobre o tema buscavam exaltar a complexidade das organizações sociais bem como sua riqueza cultural. Para ele, a colonização interrompeu a evolução histórica original e gloriosa da civilização americana. Do encontro entre os povos originais e o colonizador, nasceu um povo novo, mestiço. No entanto, “a autoctonia era dada pela civilização interrompida e devastada” (RODRIGUEZ, 2006, p. 43).

Na obra martiana, os termos pátria e nação aparecem, em determinados contextos, quase como sinônimos. Como sugere Carvalho (2003), talvez essa tenha sido uma tentativa de diferenciação do conceito particularista de nação, bastante identificado com os meios europeus. Seu patriotismo se consolida sem perder as especificidades do contexto hispano-americano. Entrementes, Martí vislumbrava a

formação de um Estado nacional cubano, como forma de legitimar a revolução no contexto internacional, garantir a efetiva independência e conter o avanço imperialista do vizinho do Norte.

Contudo, cabe ressaltar a diferença conceitual existente entre os termos pátria e nação para compreendermos, ao analisar o discurso martiano, a extensão dessas *palavras-conceitos*. O termo pátria, encerra o sentido de identificação com um local, com um território, um sentimento de lealdade e pertencimento, enquanto que o termo nação implica, grosso modo, direitos cívicos relacionados a um Estado.

Pátria, ainda antes das revoluções americana e francesa, assumia uma conotação política ligada à ideia de contrato social e da criação de uma nova ordem. (...) Nesse sentido, pátria, na virada do século XVIII para o século XIX, poderiam remeter tanto a uma identificação telúrica, camponesa, com o lugar de nascimento das pessoas, quanto ao autogoverno e à disposição para fundar uma nova ordem política, inclusive pelas armas (SVARTMAN, 2008, p. 18.).

O termo pátria é prenhe de significados na obra martiana. Nos textos e documentos escritos no calor do movimento revolucionário, podemos ver a riqueza e amplitude com que o termo foi empregado. “Para mí la patria, no será nunca triunfo, sino agonía e deber” (MARTÍ, 1972, p. 190). Podemos perceber que pátria possui um significado transcendental, tanto em seu sentido mais amplo e essencial quanto em sua utilização em referência a realidades sociais específicas. É necessário resgatar a pátria, composta de homens honrados e dignos dela. Assim, o patriotismo reveste-se de uma devoção à pátria sagrada, que move o melhor dos homens para o bem comum e a justiça social. Os homens honrados têm um dever com a pátria e abdicar seria um anátema, uma traição imperdoável.

La revolución cortará la yerba; reducirá a lo natural las ideas industriales postizas; abrirá a los entendimientos pordioseros empleos reales que aseguren, por la independencia de los hombres, la independencia de la patria. Revienta allí ya la gloria madura, y es la hora de dar la cuchillada. (...). El patriotismo es censurable cuando se le invoca para impedir la amistad entre todos los hombres de buena fe del universo que ven crecer el mal innecesario y le procuran honradamente alivio. El patriotismo es un deber santo, cuando se lucha por poner la patria en condición de que vivan en ella más felices los hombres (MARTÍ, 1972, p. 116).

Martí utiliza ambos os termos, pátria e nação, em diversos contextos. Contudo, o termo pátria tem uma conotação transcendente, que liga os elementos peculiares da história de cada povo ao grande Universo, em um movimento que vai do local ao universal, reforçando o caráter sagrado da pátria. Da pátria retiramos nossa força, nossa identidade, nossa singularidade, nosso lugar no Universo. Por isso, devemos respeitá-la e engrandecê-la, e lutar toda vez que ela estiver em perigo. Pátria, em essência, é humanidade. Somos todos irmãos e com respeito e decoro devemos nos apresentar diante dos filhos de “outra mãe pátria”. De outro modo, o termo nação refere-se a uma unidade política soberana, formalmente reconhecida pelos demais estados nacionais. Daí que um dos objetivos da revolução é a fundação da nação cubana. Pátria e nação são pares complementares e indissociáveis.

Pues nación es el conjunto de hombres febriles e indiferentes en una tierra en que han nacido de ocasión, o viven de poco ha, sin más intento que el de acaparar presto la mayor suma de fortuna, o es aquella apretadísima comunión de los espíritus, por largas raíces, por el enlace de las gentes, por el óleo penetrante de los dolores comunes, por el gustosísimo vino de las glorias patrias, por aquella alma nacional que se cierne en el aire, y con él respira, y se va aposentado en las entrañas, por todos los sutiles y formidables hilos de la historia atados, como la epidermis a la carne? (MARTÍ apud CARVALHO, 2003, p.132)

Podemos perceber que a menção a pátria reveste-se de valores morais e éticos. “Pátria é liberdade”, “pátria é humanidade”, é respeito mútuo, é fatalidade, é dever. Por seu ideal patriótico incorporar valores e deveres de ordem moral, compreende-se a extensão de nuestra América como uma grande pátria que não pode ser desdenhada em sua grandiosidade por povos alheios à sua realidade e, principalmente, pelo “povo novo” de terras tão lindas e ricas quanto sofridas.

(...) quando, possuidores de excessiva instrução literária, que herdamos da colônia preguiçosa, vivemos, de certa forma, como estranhos diante desses mares que nos falam de um poder e de uma fama que haverão de vir, dessas selvas, guardiãs clementes de nossa fortuna abandonada, e dessas montanhas de ouro, que desfeitas em fogo estremeçam coléricas sob os nossos pés, como que cansadas de sua obrigada preguiça, e aborrecidas com o desamor com que contemplamos; quando as árvores permanecem de pé nos bosques, como guerreiros dispostos à luta, à espera destes desdenhosos povos que não acodem a recolher o fruto desse magnífico combate entre os humanos e a natureza (...) (MARTÍ, 2006, p. 68).

O conceito de pátria martiano é representativo, de certa forma, de uma ideia de fatalidade. Não era um simples amor a terra, mas rancor a todo aquele que a oprime. Para ele, a pátria se definia em torno da unidade entre o passado comum (tradições), o presente vivido e compartilhado (costumes) e as expectativas de um futuro comum (fins e esperanças).

Embasado em critérios históricos e temporais, Martí fugia do padrão de sua época, onde a intelectualidade restringia a nação a elementos tais como território, língua, etnia e religião. Nesse aspecto, Martí se aproxima do pensador francês Ernest Renan (2006) para quem a nação é uma família espiritual, com um passado de sacrifícios e glórias e, no presente, um desejo de seguir juntos.

Contudo, o que fez Martí levantar os olhos de Cuba e estender sua visão a Hispano- América? Como seu conceito de pátria foi incorporando dimensões continentais? Que elementos demarcatórios e identitários eram visualizados? Como transformar a realidade social latino-americana para que as novas repúblicas pudessem, por fim, se libertar dos antigos males coloniais e empreender sua “segunda independência”? Qual a urgência de “fundar” *nuestra América*?

Inicialmente, a ideia de pátria martiana foi marcada pelo colonialismo espanhol. Posteriormente, durante sua estadia em Nova York, ao perceber a política expansionista estadunidense, seu independentismo revestiu-se de antiimperialismo. A partir dos anos 80, Martí manteve-se atento as estratégias e possíveis ações norte-americanas em relação à Hispano - América. Dessa forma, a identidade pátria se definia diante das ameaças do inimigo. Daí seu nacionalismo não poder ser compreendido sem seu caráter anticolonial e antiimperialista. Seu ideal patriótico

incorporava elementos de ordem moral, sobretudo o respeito e a fraternidade entre os integrantes. Aqui reside o *internacionalismo martiano*, na luta pela defesa das repúblicas americanas e a manutenção efetiva de suas independências.

O movimento nacional-libertador visava não somente a independência de Cuba e Porto Rico – *islas gemelas*⁴⁴ - mas também advogava a transformação da realidade sócio-econômica das demais repúblicas latinas, que ainda sofriam com as mazelas herdadas do colonialismo espanhol. A libertação das Antilhas era um primeiro passo em direção à segunda independência continental. Dessa forma, à independência da ilha deveria seguir-se a revolução, para, a partir das mudanças econômicas e sociais tirar, definitivamente, os resquícios do Império Espanhol de Cuba.

Deve-se ressaltar que o processo de independência das Antilhas deu-se no momento em que o capitalismo entrava na fase monopolista e, durante todo o século XIX, Cuba esteve dependente da economia estadunidense. Isso explica muito das inquietações de Martí ante a política externa norte-americana. O Delegado tinha em mente questões estreitamente vinculadas à mudança do mundo industrial: de um lado, começava uma nova etapa da história humana para qual a América Latina não estava preparada, de outro lado, vislumbrava o papel a ser desempenhado pelos Estados Unidos nesse processo.

Ao se dedicar ao estudo dos elementos que compõem o continente americano, Martí alerta sobre dois tigres que nos espreitam: o “de fora” e o “de dentro”, ambos igualmente perigosos, representando, respectivamente, o expansionismo estadunidense e a inércia e a corrupção que assolam nossas repúblicas.

Com os oprimidos havia que fazer causa comum para afiançar o sistema oposto aos interesses e hábitos de poder dos opressores. O tigre, espantado do fogaréu, volta de noite ao lugar da presa. Morre soltando chama pelos olhos e com as garras ao ar. Não se ouve chegar, pois vem com garras de veludo. Quando a presa desperta, o tigre está em cima. (...) O tigre espera, detrás da árvore, agachado em cada esquina. Morrerá, com as garras ao ar, lançando chamuscas pelos olhos (MARTÍ, 2007, p.55).

⁴⁴ Vale ressaltar que, a essa altura, Cuba e Porto Rico eram as últimas colônias espanholas nas Américas.

Cabe reforçar que Martí não rejeitava os Estados Unidos como um bloco homogêneo, valorizava o que a sociedade estadunidense produzia de bom e que poderia ser utilizado em benefício das demais nações. No entanto observava a ambição expansionista embutida nos discursos que versavam sobre os *irmãos americanos* (a Doutrina Monroe como grande expoente) e temia pelo futuro de *nuestra América*. Em *Vindicación de Cuba*⁴⁵, vemos

(...) Admiran está nación, La más grande de cuantas erigió jamás la libertad; pero desconfían de los elementos funestos que, como gusanos en la sangre, han comenzado en esta República portentosa su obra de destrucción. Han hecho de los héroes de este país sus propios héroes, y anhelan el éxito definitivo de la Unión Norte-Americana, como la gloria mayor de la humanidad; pero no pueden creer honradamente que el individualismo excesivo, la adoración de la riqueza, y el jubilo prolongado de una victoria terrible, estén preparando a los Estados Unidos para ser la nación típica de la libertad, donde no ha de haber opinión basada en el apetito inmoderado de poder, ni adquisición o triunfos contrarios a la bondad y a la justicia. Amamos a la patria de Lincoln, tanto como tememos a la patria de Cutting (MARTÍ, 1972. p. 64).

A esse respeito, as observações de Martí quando da realização do Congresso Nacional de Washington, em 1889, mostram sua aguda percepção da política externa de nosso grande vizinho.

Jamais houve na América, da independência para cá, assunto que requeira mais sensatez, que obrigue a maior vigilância, que exame mais claro e minucioso que o convite que os Estados Unidos, poderosos, repletos de produtos invendáveis e determinados a estender seus domínios pela América, fazem às nações americanas de menos poder, ligadas pelo comércio livre e útil com os povos europeus, para coordenar uma liça contra a Europa e fechar negócios com o resto do mundo. Da tirania da Espanha soube salvar-se a América espanhola; e agora, depois de ver com criterioso olhar os antecedentes, causas e fatores do convite, urge dizer, porque é a verdade, que chegou para a América espanhola a hora de declarar sua segunda independência (MARTÍ, 2006, p. 170. Grifo nosso).

Para Martí, a independência era mais que romper com os laços de

⁴⁵ Esse artigo foi publicado no *The Evening Post*, de Nova York, no dia 25 de março de 1889, em resposta as injurias aos cubanos publicadas no periódico *The Manufacturer*, de Filadélfia. O ano de 1889 foi crucial para o amadurecimento das ideias martianas, pois nele se celebrou o I Congresso Internacional de Washington, onde Martí confirmou seus temores relacionados à política externa estadunidense para seus vizinhos do Sul.

dominação e a emancipação ultrapassava questões políticas. Enfatizava a necessidade de uma segunda independência, livrando-se não apenas dos laços de dominação política, mas de todo o servilismo e a falta de honra impregnada nos homens de *nuestra América* por séculos de colonização e escravidão. Havia de se fundar verdadeiramente uma nova república, livre das mazelas coloniais e pautada em ideais de amizade e justiça. Desse modo, seu independentismo esteve permeado pelas ideias de honra e dignidade.

Assim, deveria haver uma expansão de consciência no sentido de “criar” uma pátria nova, resgatando os valores adormecidos em decorrência das mazelas coloniais que perduravam nas repúblicas hispano-americanas, baseada na amizade e na liberdade. Somente dessa maneira poderíamos romper com os velhos vícios coloniais.

(...) A colônia continuou vivendo na república; e nossa América está se salvando de seus grandes erros – da soberba das cidades-capitais, do triunfo cego dos camponeses desdenhados, da importação excessiva de ideias e fórmulas alheias, de desdém iníquo e impolítico da raça aborígine – pela virtude superior, adubada com sangue necessário, da república que luta contra a colônia (MARTÍ, 2007, p.55)

A partir dos escritos dos anos 90, o discurso independentista martiano ultrapassa a ilha de Cuba para compreender o conjunto de todas as repúblicas Hispano Americanas. Como aponta Carvalho (2003), a ideia de pátria martiana inscreveu-se na coexistência entre orgulhos nacionais e utopias cosmopolitas. Dessa forma, na obra martiana, o “nós” toma cada vez mais proporções continentais, uma vez que era necessária uma segunda independência da Hispano-América, dessa vez, das pretensões expansionistas estadunidenses. Para ele, nenhuma pátria poderia se desenvolver sem levar em conta essa independência de espírito, incorporando uma dimensão moral ao conceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos numa época em que predomina o que David Harvey (2012) denominou “novo imperialismo”, onde não existem fronteiras para as corporações multinacionais e para o capital, espalhados pelo mundo como um vírus mortal, submetendo povos e nações ao jugo das especulações financeiras, movidos ao sabor dos mercados.

As intervenções militares no Afeganistão e no Iraque são exemplos recentes das consequências catastróficas da ingerência das grandes potências em países mais fracos (político, militar e economicamente mais fracos). Vale lembrar também as sucessivas tentativas de golpes ao governo democraticamente eleito de Hugo Chávez, na Venezuela.

Os economistas e ideólogos do *establishment* tendem a mascarar com discursos vazios e falaciosos as raízes da atual crise do sistema capitalista e suas nefastas consequências para a população, enquanto se empenham em construir um modelo “ideal” e naturalizar o discurso e as políticas neoliberais, afirmando que não há alternativas fora do capitalismo.

No sistema mundo capitalista, o objetivo dos proprietários é acumular mais do mesmo, ou seja, capital para gerar mais capital. Contudo, essa luta é limitada por condições objetivas que fogem ao controle do capitalista e as quais ele ao tem de se adequar. Ou aprendem a dançar conforme a música ou são eliminados. Surgem, então, duas contradições: primeiro, o objetivo é acumular lucros, mas essa condição necessariamente eliminará alguns capitalistas. Segundo, para obter lucros mais altos, os capitalistas tentam cortar custos e, em geral, isso incide sobre o salário dos trabalhadores. A necessidade crescente de mercados consumidores sofre entraves com a diminuição do poder aquisitivo das massas trabalhadoras. Como resolver?

A América Latina foi um campo especialmente profícuo para as experiências neoliberais. Décadas de ditaduras militares, corrupção, roubos, fraca legislação e a população cuidadosamente alijada dos processos políticos de suas sociedades,

tornaram nosso continente atrativo para as experiências neoliberais, assentados nas políticas ditadas pelo FMI e o Banco Mundial. A *Aliança para o Progresso*⁴⁶, propugnada no pós-Revolução Cubana, continha medidas sociais direcionadas pelo governo estadunidense aos povos da América Latina para impedir que ideias e reformas “perigosas” (como a revolução vitoriosa) se espalhassem e servissem de alternativa ao modelo imposto por Washington.

O Banco Mundial e o FMI direcionam suas políticas e ações no intuito de adaptar os países de “economias errantes” às diretrizes neoliberais. As intervenções das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) nas políticas internas dos países a elas atrelados têm gerado os maiores protestos contra sua atuação. As principais medidas de ajustes econômicos, sob os ditames das IFIs, recaem sobre a regulamentação do livre comércio, a convertibilidade monetária tendo o dólar como padrão e medida, ausência de planejamento central e poucas restrições às importações. Ou seja, enquanto as grandes corporações internacionais têm seu berço feito de ouro, pago com a miséria e o sangue de milhares de pessoas, as economias nacionais são paulatinamente arrasadas em nome de um desenvolvimento que só beneficia as elites historicamente atreladas aos interesses do capital financeiro internacional.

Temos como um dado importante da crise a destruição de capitais e a consequente desvalorização de empresas, afetando todos os setores da economia. A crise afeta a periferia tanto mais sua economia esteja ligada aos centros. Um dos principais mecanismos de propagação da crise são os ajustes de produção das empresas transnacionais, ocasionando um desemprego massivo. O retorno de emigrantes aos países de origem acentua os efeitos da crise (desemprego, redução de salários, dentre outros). Contudo, a crise atual mostra facetas mais preocupantes como o esgotamento do paradigma energético, assentado em combustíveis fósseis; o desafio ecológico e a crise alimentar, consequências diretas de um modelo centrado na exploração, no lucro e na acumulação de capital (ou seja, gerando mais destruição e mortes).

⁴⁶ A *Aliança para o Progresso* foi um projeto político propugnado durante o governo do presidente John F. Kennedy (1917 – 1963), com o claro intuito de conter o avanço das ideias socialistas pelo continente americano.

No alvorecer do século XXI, a América Latina desponta como um *locus* privilegiado de ações revolucionárias por negar a primazia da ideologia neoliberal como guia e orientação para as ações políticas estatais e por romper os laços com o governo de Washington. Nas palavras do estudioso paquistanês, Tariq Ali, ao analisar a conjuntura política do final do século passado, sugere os novos rumos na política latino-americana.

O vislumbre de uma alternativa política real, entretanto, só existia na América Latina. Lá, os novos movimentos sociais haviam projetado novos líderes políticos. Eles insistiam que, apesar da queda da União Soviética, o mundo ainda se defrontava com velhas escolhas. Fosse um renovado capitalismo global, com novas guerras e novo empobrecimento, caos e anarquia, ou um repensado e ressuscitado socialismo, democrático em seu caráter e capaz de servir às necessidades dos pobres. Esses líderes estavam determinados a resgatar o encalhado navio da “Utopia”, deflagrar um novo igualitarismo, implantar políticas redistributivas e incorporar os pobres à vida política de seus países. Por proclamar objetivos modestos, foram difamados e caluniados. Seu verdadeiro crime é desafiar as certezas da nova ordem, não fazer caso dos sinais de “proibido” do Consenso de Washington (ALI, 2008, pp. 39-40).

No continente americano, temos dois modelos de integração regional enraizados em projetos elaborados há quase duas centenas de anos. De viés claramente econômico, capitaneado pelos Estados Unidos, temos como ícone a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, que reatualiza o paradigma de desenvolvimento presente na Doutrina Monroe e o “necessário” atrelamento das economias da Hispano-América à estadunidense como o único caminho viável para o desenvolvimento. O outro modelo, mais radical em suas aspirações e alcances, forjado em acordos políticos, econômicos e culturais, claramente anti-neoliberal em suas formulações, de inspiração bolivariana/martiana⁴⁷, está presente no movimento denominado *Socialismo do século XXI*. A integração regional é primordial para dar voz e peso político à América Latina.

⁴⁷ Digo bolivariana/martiana por que Martí, em suas aspirações continentais, era claramente bolivariano e sua perspectiva de nuestra América traz contornos políticos mais nítidos para uma atuação efetiva no

As alternativas ao neoliberalismo na América Latina aparecem com a ascensão recente de governos de esquerda (uma nova esquerda) de caráter nacionalistas e, ao mesmo tempo, comprometidos com o desenvolvimento regional. Surgem assim parâmetros de governabilidade não submetidos ao governo estadunidense e ao Consenso de Washington, superando uma mera perspectiva de união econômica, perpassando por alianças políticas regionais sob um novo paradigma de desenvolvimento, enfatizando aspectos políticos e sociais das propostas de integração. “Regionalismo de este modo se transforma en un proyecto de autonomía y desarrollo humano que va mas allá de la gobernancia nacional, creando instituciones geopolíticas autónomas y promoviendo nuevas redes de solidaridad transnacional” (RIGGIROZZI, 2011, p. 294). Dentro desse “regionalismo contestador”, existem duas vertentes que, apesar de anti-neoliberais, se diferenciam: a UNASUL e a ALBA.

A UNASUL, liderada pelo Brasil, visa criar instituições que regulem novas relações entre os países da região. Busca uma transnacionalidade, que articula nacionalismos, regionalismos e globalização estabelecendo vínculos com países da Ásia e da África. Não possui uma orientação ideológica definida, abrangendo, dessa forma, distintos discursos. Propõe a arbitragem em casos de conflito na região, com projeto no âmbito da defesa e segurança. Contudo, os impactos sobre a vida das populações é incerto uma vez que privilegia arranjos eminentemente institucionais.

A ALBA, idealizada e proposta por Hugo Chávez e Fidel Castro, pretende uma transformação ideológica, uma guinada à esquerda radical, visando o bem estar dos povos da América Latina, com uma dimensão social transnacionalizada. Empreende um profundo impacto na vida das populações dos Estados membros, à medida que atende suas necessidades imediatas e busca, a par disso, reorganizar os Estados signatários, que ainda sofrem com os efeitos das políticas neoliberais.

Nesse contexto de turbulência e transformação política, a obra martiana reveste-se de uma contemporaneidade impressionante. Nuestra América é o sonho novamente acalentado pelos governantes de esquerda que chegam ao poder na

América Latina e os ideais de comunhão e crescimento mútuo estão mais vivos e fortes do que nunca. A crise capitalista na ordem neoliberal traz a oportunidade de criarmos algo novo e mais digno de nossos povos. Nesse sentido, o projeto bolivariano/martiano torna-se uma alternativa possível.

A luta pela segunda independência continental impulsionou a independência cubana. O espírito antiimperialista que inspirou os últimos escritos de José Martí tem ecoado por nossas terras e o “tigre de fora”, com suas garras de metal e seu coração frio, tem sofrido derrotas à medida que organizamos nossa casa e domesticamos o “tigre de dentro”. Urge agora fundarmos nuestra América no novo contexto de crise do capitalismo e desferirmos o golpe certo que modificará os rumos ainda incertos da história de nossos povos.

José Martí afirmava que governar povos novos era criar, e vislumbrava uma nova geração de “homens reais” que governariam com o conhecimento extraído das experiências históricas de nossos povos. Valores, ética e moral são tão preciosos quanto a instrução técnica e científica.

Já não podemos ser um povo de folhas, que vive no ar, com a copa carregada de flores, estalando ou zumbindo, conforme a acaricia o capricho da luz ou açoitado e podado por tempestades; as árvores não de se colocar em fila para que não passe o gigante das botas de sete léguas! É a hora da lembrança e da marcha unida e temos de andar, juntos, como a prata na raiz dos Andes.(MARTÍ, 2007, p. 50)

É chegada a hora da ação. Nossa pátria americana exige um posicionamento ante aqueles que lhe exploram e saqueiam, que humilham seus povos e sugam suas forças. O *internacionalismo martiano*, seu sonho de uma América unida e forte, onde seus filhos podem ver frutificar suas terras, verte vida ao inspirar os milhares que lutam por um mundo justo e digno para todos. Nesse momento de crise e transformação, quiçá superação do sistema mundo capitalista, as palavras do *Maestro* são mais atuais e inspiradoras do que nunca

REFERÊNCIAS

A) Fontes

BOLÍVAR, Simón. **Escritos políticos**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1992.

MARTÍ, José. **Antología Mínima**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1972. Tomo I.

_____. **La edad de oro**. – 2º Ed. - La Habana: Editorial Letras Cubanas, 1989.

_____. **Nossa América**. – 3º Ed. - São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Nuestra América**. – 3ª Ed. – Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005.

_____. **Escenas norteamericanas y otros textos**. Buenos Aires: Corregidor, 2010.

_____. **Escritos sobre América**: discursos y crónicas norteamericanas. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.

_____. **Páginas Escogidas**. – 3ª Ed. – Madrid: Espasa-Calpe, 1971.

B) BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, Yamandú. “Nuestra América”: un programa revolucionario en el siglo XXI. IN. **Anuario del centro de Estudios Martianos**. Habana: Centro de Estudios Martianos, nº 34, 2011.

ALI, Tariq. **Piratas do Caribe**: o eixo da esperança. São Paulo: Record, 2008.

ALTMANN, Werner. **O pensamento político e religioso de José Martí**. Disponível em: <http://ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1162403435.74pdf.pdf> . Acesso em 24 de junho de 2010.

ALVARADO ARIAS, Miguel. José Martí y La utopía posible. (Nuestra América, nuestra esperanza). IN. **Anuario del centro de Estudios Martianos**. Habana: Centro de Estudios Martianos, nº 34, 2011.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a difusão e a origem do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. **Internacionalismo**: um breviário. Anos 90, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 13-42, jan./dez. 2005.

BALAKRISHINAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel**: a Revolução Cubana e a América Latina. – 2ª Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHINAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BERBEL, Márcia Regina. Cortes de Cádiz: entre a unidade da Nação Espanhola e as independências americanas. IN: MÄDER, Maria Elisa; PAMPLONA, Marco A. (org.). **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas**: Região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Margens, América Latina, v. 1.)

BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BORÓN, Atílio A. **O socialismo no século XXI**. Há vida após o neoliberalismo? São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Lições de aula**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **O poder simbólico**. – 12ª Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRAVO, Álvaro Fernandes (org.). **La invención de la nación**: lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha. Buenos Aires: Ediciones Manatí, 2000.

CAPÓ ORTEGA, María Elena. De “la prosa, centellante y cernida (que) va cargada de ideas”: el diálogo interminable entre “Nuestra América” y *Caliban*. IN. **Anuario del centro de Estudios Martianos**. Habana: Centro de Estudios Martianos, nº 34, 2011.

CARVALHO, José Eugênio de. **América para a humanidade: o americanismo universalista de José Martí**. Goiânia: Editora UFG, 2003.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Civilização do capital em crise: interpelações do tempo presente. IN: HOLANDA, Francisco Urribam Xavier de (org.). **Nuestra América no século XXI**: as disputas de hegemonia nos circuitos da crise. Fortaleza: Editora UFC, 2012.

CIVEIRA, Francisca López. **José Martí (1853 – 1895)**. Morelia: Instituto de Investigaciones Históricas, 1995.

DOMINGOS NETO, Manoel; MARTINS, Mônica Dias. **Significados do nacionalismo e do internacionalismo**. IN: Tensões Mundiais, v.2, n.1, jan./jul., 2006.

DONGHI, T. Halperin. **História da América Latina**. - 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

DOYLE, Don H., PAMPLONA, Marco. **Nacionalismos no novo mundo: a formação de estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentismo. IN: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentismo y ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FUNES, Patricia. **Salvar la nación**: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. - 15ª Ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALLI, Rosemary; MARTINS, Mônica Dias (orgs.). **Multilateralismo e reações sul-americanas**. Fortaleza: Eduece, 2011.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GLINKIN, A. **El Latinoamericanismo contra El Panamericanismo**. Moscou: Editorial Progreso, 1985.

GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. – 6ª Ed - São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HIDALGO PAZ, Ibrahín. Pueblo y gobierno estadounidenses em La política martiana (1892-1895). IN: SCHULMAN, Iván A... (et. al.). **José Martí y los Estados Unidos**. Havana: Centro de Estudios Martianos, 1993.

IANNI, Otávio. **A questão nacional na América Latina**. Estudos Avançados, v.02, nº 01, São Paulo, Jan./mar., 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000100003. Acesso em 24 de junho de 2010.

LANDER Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. IN: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LENINE, V.I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. -3ª Ed. – São Paulo: Centauro, 2005.

LINCH, John. As origens da independência da América Espanhola. IN: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: da independência a 1870**. São Paulo: Edusp, 2001.

MÄDER, Maria Elisa; PAMPLONA, Marco A. (org.). **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Margens, América Latina, v. 1.)

_____. **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: Nova Espanha**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Margens, América Latina, v. 2.)

_____. **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba**. São Paulo: Paz e Terra, 2009. (Coleção Margens, América Latina, v. 3.)

MARQUESE, Rafael de Bivar. A escravidão caribenha entre dois atlânticos: Cuba nos quadros das independências americanas. IN: MÄDER, Maria Elisa; PAMPLONA, Marco A. (org.). **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas**: Nova Granada, Venezuela e Cuba. São Paulo: Paz e Terra, 2009. (Coleção Margens, América Latina, v. 3.)

MARTÍNEZ, Mayra Beatriz. “Deberes ser” en “Nuestra América”: entre el concierto preformativo y el diálogo inter epistémico. IN. **Anuario del centro de Estudios Martianos**. Habana: Centro de Estudios Martianos, nº 34, 2011.

MYERS, Jorge. **Gênese “ateneísta” da história cultural latino-americana**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1, jun. 2005.

POZO, Jose Del. **História da América Latina e do Caribe**: dos processos de independência aos dias atuais. Petrópolis: Vozes, 2010.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PRADO, Maria Lígia. **A formação das nações latino-americanas**. – 21ª Ed. – São Paulo: Atual, 1994.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. IN: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo y ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RETAMAR, Roberto Fernandes. Introdução a José Martí. IN: MARTÍ, José. **Nossa América**. -3 Ed. - São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Todo Caliban**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIGGIROZZI, Pía. Hacia un regionalismo post-neoliberal en América Latina: reforma o ruptura? IN: GALLI, Rosemary; MARTINS, Mônica Dias (orgs.). **Multilateralismo e reações sul-americanas**. Fortaleza: Eduece, 2011.

RODRÍGUEZ, Pedro Pablo. **Martí e as duas Américas**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROUANET, Maria Helena (org.). **Nacionalidade em questão**. Rio de Janeiro: Editora

UFRJ, 1997.

SADER, Emir. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SÁNCHEZ AGUILERA, Osmar. Dos ensayos, una América: la “nuestra” de Martí, la “nuestra” de Rodó. IN. **Anuario del centro de Estudios Martianos**. Habana: Centro de Estudios Martianos, nº 34, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. – 7ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **A gramática do tempo**: para uma cultura política. – 3ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. – 7ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2010c.

SANTOS, Jose Eduardo de Oliveira (org.). **José Martí**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massagana, 2010.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. **O Brasil entre a América e a Europa**: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Unesp, 2004.

_____. **O Império e as repúblicas do Pacífico**: as relações do Brasil com o Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822 – 1889). Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

SCHULMAN, Iván A... (et. al.). **José Martí y los Estados Unidos**. Havana: Centro de Estudios Martianos, 1993.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. Raça como negócio: as teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. IN: FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Brasil afro-brasileiro**. – 3ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SERRA, Diego Jorge Gonzáles. **Martí e a psicologia**: o poeta e a unidade cognição & afeto. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

SOSTRE, Almeida M. Ramos; UGARTE, Ela López (Ed.). **Siete enfoques marxistas sobre José Martí**. Havana: Centro de Estudios Martianos, 1985.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

STRECK, Danilo R. (org.). **Educação em nossa América: textos selecionados/José Martí**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

_____. (org.). **Fontes da pedagogia Latino-Americana**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. **José Martí & a educação**. Minas Gerais: Autêntica, 2008.

_____. **José Martí e a educação popular: um retorno às fontes**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/3oral/trabalhos/GT06-1894--Int.pdf> . Acesso em 24 de junho de 2010.

SUÁREZ LEÓN, Carmen. “Nuestra América”: escribir en José Martí. A IN. **Anuario del centro de Estudios Martianos**. Habana: Centro de Estudios Martianos, nº 34, 2011.

VÁZQUEZ PÉREZ, Marlene. Ni siervos futuros ni aldeanos deslumbrados: diálogo, descolonización y antirracismo en “Nuestra América” de José Martí. IN. **Anuario del centro de Estudios Martianos**. Habana: Centro de Estudios Martianos, nº 34, 2011.

VEGA, Oscar Loyola... (et. al.) **Cuba: La Revolución de 1895 y el fin del império colonial español**. Morelia: Instituto de Investigaciones Históricas, 1995.

VITIER, Cintio. **Vida y obra del Apóstol José Martí**. Havana: Fundo Cultural de ALBA, 2006.

WADDELL, D.A.G. A política internacional e a independência da América Latina. IN: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: da independência a 1870**. São Paulo: Edusp, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico & Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANEXOS

Anexo I: Nossa América⁴⁸

O aldeão vaidoso crê que o mundo inteiro é sua aldeia e, desde que ele permaneça de prefeito, ou se vingue do rival que lhe tirou a noiva ou aumente o cofre das suas economias, já dá por boa a ordem universal, sem saber dos gigantes com sete léguas em suas botas e que podem pôr a bota em cima dele, nem da luta dos cometas no céu, que vão pelo ar adormecidos engolindo mundos. O que resta de aldeia na América há de despertar. Estes não são tempos para deitar-se de lenço na cabeça, mas sim com as armas de travesseiro, como os varões de Juan de Castellanos⁴⁹: as armas em juízo, que vencem as outras. Trincheiras de ideias valem mais que trincheiras de pedras.

Não há proa que corte uma nuvem de ideias. Uma ideia enérgica, acesa a tempo perante o mundo, pára, como a bandeira mística do juízo final, um esquadrão de encouraçados. Os povos que não conhecem hão de ter pressa para conhecerem, como quem vai lutar junto. Os que mostram os punhos, como irmãos ciumentos, porque os dois querem a mesma terra ou o da casa pequena que tem inveja daquele de casa melhor, hão de encaixar, de modo que se tornem uma, as duas mãos. Os que, no amparo de uma tradição criminosa, cercearam, com o sabre vermelho de sangue de suas próprias veias, a terra do irmão vencido, do irmão castigado para além de suas culpas, se não querem que o povo o chame de ladrões devolvam as terras ao irmão. As dívidas de honra o honrado não as cobra em dinheiro, mas pela bofetada. Já não podemos ser um povo de folhas, que vive no ar, com a copa carregada de flores, estalando ou zumbindo, conforme a acaricia o capricho da luz ou açoitado e podado pelas tempestades; as árvores hão de se colocar em fila para que não passe o gigante da bota de sete léguas! É a hora da rememoração e da marcha unida e temos de andar, juntos, como a prata nas raízes do Andes.

⁴⁸ Tradução apresentada na compilação de textos martianos organizado por Danilo R. Streck (STRECK, 2007), utilizado como base para este trabalho, cotejando com o original em espanhol (MARTÍ, 1972).

⁴⁹ Juan de Castellanos (1522-1607), escritor espanhol, autor do poema chamado “Las elegias de varones ilustres de Índias 1”. (Nota do tradutor)

Somente aos prematuros faltará a força. Os que não têm fé em suas terras são homens de sete meses. Porque falta o valor a eles, negam-no aos demais. O braço fraco não alcança a árvore difícil, o braço de unhas pintadas e de pulseiras, o braço de Madrid ou de Paris, e dizem que não se pode alcançar a árvore. Há que encher os barcos desses insetos daninhos que roem o osso da pátria que os nutre. Se são parisienses ou madrilenhos, que vão ao Prado, com faróis, ou vão ao Tortoni, com sorvetes. Esses filhos de carpinteiros que se envergonham que seu pai seja carpinteiro! Estes nascidos na América, que se envergonham porque levam indumentária indígena, da mãe que os criou e que renegam, velhacos!, a mãe doente deixam sozinha no leito das enfermidades! Pois, quem é o homem? O que permanece com a mãe, a curra sua enfermidade, ou a que põe a trabalhar onde não a vejam e vive de seu sustento nas terras apodrecidas, como o verme de gravata, maldizendo o seio que o carregou, levando a marca de traidor nas costas do fraque de papel? Estes filhos de nossa América, que há de se salvar com seus índios e que vai de menos a mais; estes desertores que pedem fuzil nos exércitos da América do Norte, que afoga em sangue seus índios, vai de mais a menos! Estes delicados, que são homens e não querem fazer o trabalho de homens! Pois o Washington⁵⁰ que produziu esta terra foi viver com os ingleses, viver com os ingleses nos anos em que os viam virem contra sua própria terra? Estes “incrédulos” da honra, que a arrastam pelo solo estrangeiro, como os incrédulos da Revolução Francesa, dançando e lambendo-se, arrastavam os erres!

Em qual pátria um homem pode ter mais orgulho do que em nossas repúblicas dolorosas da América, levantadas entre as massas mudas de índios, ao ruído da luta do livro com o cirial, sobre os braços sangrentos de uma centena de apóstolos? De fatores tão desordenados, jamais, em menor tempo histórico, foram criadas nações tão adiantadas e compactas. Crê o soberbo que a terra foi feita para servir de pedestal, porque tem a pena fácil ou palavra colorida, e acusa de incapaz e irremediável sua república nativa, porque suas selvas novas não lhe dão modos contínuos de ir pelo mundo como cacique famoso, guiando cavalos persas e derramando champanhe. A incapacidade não está no país nascente, que pede formas que a eles se adaptem e grandeza útil, mas sim nos que querem reger povos originais,

⁵⁰ George Washington (1732-1799) foi o primeiro presidente republicano dos Estados Unidos. (N.T.)

de composição singular e violenta, com leis herdadas de quatro séculos de prática livre nos Estados Unidos, de 19 séculos de monarquia na França.

Como um decreto de Hamilton⁵¹ não se detém a marcha de um potro do ginete. Com uma frase de Sieyés⁵² não se desestagna o sangue coagulado da raça índia. É um fato que ali onde se governa, há que se prestar atenção para governar bem; e o bom governante na América não é o que sabe como se governa o alemão ou o francês, mas o que sabe de quais elementos está constituído seu país e como pode ir guiando-os em conjunto, para chegar, por métodos e instituições nascidas no próprio país, àquele estado desejável em que cada homem se conhece e age e todos desfrutam da abundância que a Natureza colocou para todos no povo que eles fecundam com seu trabalho e defendem com suas vidas. O governo há de nascer do país. O espírito do governo há de ser o do país. A forma de governo há de ser de acordo com a própria constituição do país. O governo não é mais do que o equilíbrio dos elementos naturais do país.

Por isso o livro importado foi sobrepujado na América pelo homem natural. Os homens naturais vencerão os letrados artificiais. O mestiço autóctone terá vencido o *criollo* exótico. Não há batalha entre civilização e barbárie, mas entre a falsa erudição e a natureza. O homem natural é bom e acata e premia a inteligência superior, enquanto esta não se vale de sua submissão para prejudicá-lo ou o ofende quando prescindindo dele, que é coisa que o homem natural não perdoa, disposto a recuperar pela força o respeito de quem fere a sua suscetibilidade ou prejudica seu interesse. Por esta conformidade com os elementos naturais desdenhados subiram ao poder os tiranos da América; e caíram quando a traíram. As republicas purgaram nas tiranias sua incapacidade para conhecer os elementos verdadeiros do país, derivar deles a forma de governo e governar com eles. Governante, em um povo novo, quer dizer criador.

Em povos constituídos de elementos cultos e incultos, os incultos governarão, por seu hábito de agredir e resolver dúvidas com sua mão, ali onde os cultos não aprendem a arte do governo. A massa inculta é preguiçosa e tímida nas

⁵¹ Alexander Hamilton (1755 – 1804), secretário do Tesouro norte-americano. (N.T.)

⁵² Emanuel Joseph Sieyés (1748-1836) foi um político, escritor e eclesiástico francês. (N.T.)

coisas da inteligência e quer que a governem bem; porém se o governo a machuca, sacode-o e governa ela mesma. Como hão de sair das universidades os governantes se não há universidade na América na qual se ensine os rudimentos da arte do governo, que é a análise dos elementos peculiares dos povos da América? Os jovens saem pelo mundo a adivinhar, com óculos ianques ou franceses, e aspiram a dirigir um povo que não conhecem. Na carreira da política deveria negar-se a entrada aos que desconhecem os rudimentos da política. O prêmio dos concursos não há de ser pra a melhor ode, mas para o melhor estudo dos fatores do país em que vive. No jornal, na cátedra, na academia, deve-se levar adiante o estudo dos fatores reais do país. Basta conhecê-los, sem vendas nem disfarces; porque aquele que põe de lado, por vontade ou esquecimento, uma parte da verdade, se extravia por causa da verdade que lhe faltou, que cresce na negligência e derruba o que se levanta sem ela. Resolver o problema depois de conhecer seus elementos é mais fácil que resolver o problema sem conhecê-los. Vem o homem natural, indignado e forte, e derruba a justiça acumulada dos livros, porque esta não é administrada de acordo com as necessidades patentes do país. Conhecer é resolver. Conhecer o país e governá-lo conforme o conhecimento é o único modo de livrá-lo de tiranias. A universidade europeia há de se render à universidade americana. A história da América, dos incas⁵³ para cá, há de se ensinar detidamente, ainda que não se ensine a dos arcontes da Grécia Nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. É mais necessária para nós. Os políticos nacionais haverão de substituir os políticos exóticos. Enxerte-se em nossas repúblicas o mundo, porém o tronco há de ser o de nossas repúblicas. E cale-se o pedante vencido, porque não há pátria em que o homem possa ter mais orgulho do que em nossas doloridas repúblicas americanas.

Com os pés no rosário, a cabeça branca e o corpo pintado de índio e criollo, viemos, intrépidos, ao mundo das nações. Com o estandarte da Virgem saímos à conquista da liberdade. Um padre, alguns tenentes e uma mulher levantaram a república no México, sobre os ombros índios; um cônego espanhol, à sombra de sua

⁵³ Incas – Povos que viveram na Cordilheira dos Andes (América do Sul) nos atuais Peru, Bolívia, Chile e Equador. Fundaram no século XIII a capital do império, a cidade sagrada de Cuzco. Foram dominados pelos espanhóis em 1532. (N.T.)

capa, ensina a liberdade francesa a alguns bacharéis magníficos, que colocam o general da Espanha de chefe da América Central contra a Espanha. Com os hábitos monárquicos e o Sol no peito, puseram a levantar povos venezuelanos no Norte e os argentinos no Sul. Quando os dois heróis se chocaram, e o continente ia tremer, um, que não foi o menos grande, virou as rédeas. E como o heroísmo na paz é mais escasso, porque é menos glorioso que o da guerra; como ao homem é mais fácil morrer com honra do que pensar abaixo da ordem; como governar com os sentimentos exaltados e unânimes é mais fácil do que dirigir, depois da luta, os pensamentos diversos, arrogantes, exóticos ou ambiciosos; como os poderes conquistados na arremetida épica solapavam, com cautela felina da espécie e o peso da realidade, o edifício que havia erguido, nas comarcas toscas e singulares de nossa América mestiça, nos povos de perna desnuda e casaco de Paris, a bandeira dos povos nutridos da seiva governante na prática contínua da razão e da liberdade; como a constituição hierárquica das colônias resistia à organização democrática da república ou as capitais de gravata deixavam nos saguão o campo de botas de montaria ou os redentores *bibliógenos* não entenderam que a revolução que triunfou com a alma da terra, desatada da voz do salvador, com a alma da terra havia de governar e não contra ela nem sem ela, começou a padecer a América, e padece, da fadiga de acomodação entre os elementos discordantes e hostis que herdou de um colonizador despótico e avesso, e as ideias e formas importadas que vieram retardando, por sua falta de realidade local, o governo lógico. O continente desconjuntado durante três séculos por uma autoridade que negava o direito do homem ao exercício da razão entrou, desatendendo ou não escutando os ignorantes que haviam ajudado a se redimir, num governo que tinha por base a razão; a razão de todos nas coisas de todos e não universitária de uns sobre a razão camponesa de outros. O problema da independência não era a mudança de formas, mas a mudança de espírito.

Com os oprimidos havia que fazer causa comum para afiançar o sistema oposto de interesses e hábitos de poder opressores. O tigre, espantado do fogaréu, volta de noite ao lugar da presa. Morre soltando chama pelos olhos e com as garras ao ar. Não se ouve chegar, pois vem com garras de veludo. Quando a presa desperta, o tigre está em cima. A colônia continuou vivendo na república; e nossa América está se

salvando de seus grandes erros – da soberba das cidades-capitais, do triunfo cego dos camponeses desdenhados, da importação excessiva das ideias e fórmulas alheias, do desdém iníquo e impolítico da raça aborígine – pela virtude superior, adubada com sangue necessário, da república que luta contra colônia. O tigre espera, detrás da árvore, agachado em cada esquina. Morrerá, com as garras ao ar, lançando chamas pelos olhos.

“Estes países se salvarão”, no entanto, como anunciou Rivadavia⁵⁴, o argentino, que pecou por finura em tempos crus; ao facão não cabe bainha de seda, nem no país que ganhou com lança se pode atirar a lança para trás, porque está se zanga e se põe na porta do Congresso de Iturbide⁵⁵ para “que façam do louro imperador”. Estes países se salvaram porque, com o gênio da moderação que parece imperar, pela harmonia serena da Natureza, no continente da luz, e pela influência da leitura crítica que na Europa sucedeu à leitura de tateio e falanstério em que se embebeu a geração anterior, está nascendo na América, nestes tempos reais, o homem real.

Éramos uma visão, com peito de atleta, as mãos de janota e a cara de criança. Éramos uma máscara, com calças da Inglaterra, o colete parisiense, o jaquetão da América do Norte e o chapéu da Espanha. O índio, mudo, andava ao nosso redor, e ia para a montanha, ao cume da montanha, para batizar seus filhos. O negro, vigiado, cantava na noite a música do seu coração, sozinho e desconhecido, entre as ondas e as feras. O camponês, o criador, se revoltava, cego de indignação, contra a cidade desdenhosa, contra sua criatura. Éramos dragonas e togas em países que vinham ao mundo com alpargatas nos pés e lenços na cabeça. O gênio teria estado em irmanar, com caridade do coração e a ousadia dos fundadores, o lenço e a toga; em desestagnar o índio; em ir dando lugar ao negro capaz; em ajustar a liberdade ao corpo

⁵⁴ Bernardino de La Trinidad Rivadavia y Rivadavia (1780-1845) foi o primeiro presidente da Argentina. (N.T.)

⁵⁵ Congresso de Iturbide- O Congresso de Iturbide foi fundado em 1822, no México, recebendo este nome devido ao imperador Augustín de Iturbide. Ele era um militar e político mexicano que contribuiu para a repressão dos movimentos populares de independência. Mais tarde, conquistado pelos novos ideais, assinou com Vicente de Guerreiro, líder da emancipação mexicana, o plano de Iguala, que consagrou a independência do México, embora sob tutela da Espanha. Constituído o Congresso

dos que se levantaram e venceram por ela. Restou-nos o ouvidor e o general e o letrado e o prebendado. A juventude angelical, como os braços de um polvo, lançava ao céu, para cair com glória estéril, a cabeça coroada de nuvens. O povo nativo, com o impulso do instinto, enrolava, cego pelo triunfo, os bastões de ouro. Nem o livro europeu, nem o livro ianque, davam a chave do enigma hispano-americano. Provou-se o ódio e os países a cada ano eram menos. Cansados do ódio inútil, da resistência do livro contra a lança, da razão contra o cirial, da cidade contra o campo, do império impossível das castas urbanas divididas sobre a nação natural, tempestuosa ou inerte, começa-se, como sem saber, a provar o amor. Põem-se em pé os povos e se saúdam. “Como somos?” se perguntam; e uns aos outros vão dizendo como são. Quando aparece um problema em Cojimar, vão buscar a solução em Dantzing. As sobrecasacas ainda são da França, porém o pensamento começa a ser da América. Os jovens da América põem-se a arregaçar a camisa, fundem as mãos na massa e levantam com a levedura de seu suor. Entendem que se imita demais e que a salvação está em criar. Criar é a palavra-chave desta geração. O vinho, de bananeira; e se sai ácido, é nosso vinho! Entende-se que as formas de governo de um país têm de ajustar-se a seus elementos naturais; que as ideias absolutas, para não cair por um erro de forma, não de ser colocadas em formas relativas; que a liberdade, para ser viável, tem de ser sincera e plena; que se a república não abre os braços a todos e avança com todos, morre a república. O tigre de dentro e o de fora entram pelas frestas. O general submete a marcha da cavalaria ao passo dos infantes. Ou, se deixa os infantes na retaguarda, o inimigo envolve a cavalaria. Estratégia é política. Os povos não de viver criticando-se, porque crítica é saúde, porém com um só peito e uma só mente. Descer aos infelizes e levantá-los nos braços! Com o fogo do coração derreter o gelo da América coagulada! Verter, fervendo e rebatendo, pelas veias, o sangue natural do país! Em pé, com os olhos alegres dos trabalhadores, saúdam-se, de um povo a outro, os novos homens americanos. Surgem os estadistas naturais do estudo direto na Natureza. Lêem para aplicar, mas não para copiar. Os economistas estudam as dificuldades de suas origens. Os oradores começam a ser sóbrios. Os dramaturgos trazem os personagens nativos à

Nacional, Itúrbide presidiu à regência, tendo-se feito proclamar imperador sob o nome de Augustín I. Devido à pressão popular e política teve de renunciar e exilar-se, á em 1823. (N.T.)

cena. As academias discutem temas viáveis. A poesia corta a cabeleira de raposa e pendura na árvore gloriosa o colete vermelho. A prosa, cintilante e depurada, vai carregada de ideias. Os governadores, nas repúblicas de índios, aprendem índio.

De todos seus perigos vai salvando a América. Sobre algumas repúblicas está dormindo o polvo. Outras, pela lei do equilíbrio, se lançam a pé ao mar, para recuperar, com pressa louca e sublime, os séculos perdidos. Outras, esquecendo que Juarez⁵⁶ passeava numa carruagem de mulas, fazem carruagem de vento e colocam de cocheiros uma bolha de sabão; o luxo venenoso, inimigo da liberdade, apodrece o homem leviano e abre a porta o estrangeiro. Outras depuram, com espírito épico da independência ameaçada, o caráter viril. Outras criam, na guerra de rapina contra o vizinho, a soldadesca que pode devorá-las. Nossa América, porém, corre outro perigo, que não vem de si mesma, mas da diferença de origens, métodos e interesses entre os dois fatores continentais e é próxima a hora em que dela se aproxime, demandando relações íntimas, um povo empreendedor e pujante que a desconhece e desdenha. E como os povos viris, que se fizeram de si mesmos, com a escopeta e a lei, amam, e somente amam, aos povos viris; como a hora do descontrole e da ambição, de que talvez se livre, pelo predomínio da pureza de seu sangue, a América do Norte, perante aos povos atraentes do Universo, um freio que há de tirar a provocação pueril ou a arrogância ostensiva ou a discórdia parricida de nossa América, o dever urgente de nossa América é ensinar a si mesma como é, uma em alma e intenção, vencedora veloz de um passado sufocante, manchada somente com o sangue do adubo que arranca das mãos na luta com as ruínas e o das veias que nossos donos deixaram cortadas. O desdém do vizinho formidável, que não a conhece, é o maior perigo de nossa América; e urge, porque o dia da visita está próximo, que o vizinho a conheça, a conheça rápido, para que não a desdenhe. Por ignorância chegaria talvez colocar nela a cobiça. Pelo respeito, logo que a conhecesse, tiraria dela as mãos. Há de se ter fé no melhor do homem e desconfiar do pior dele. Precisa-se da oportunidade para que o melhor se revele e prevaleça sobre o pior. Senão prevalece o pior. Os povos devem ter

⁵⁶ Benito Juarez (1806 – 1872) foi presidente do México de 1861 a 1871. Nascido entre os índios de Oxaca, tornou-se uma figura heróica na história do México. (N.T.)

um pelourinho pra aqueles que incitam ódios inúteis; e outro para quem não lhes diga a tempo a verdade.

Não existe ódio de raças, porque não existem raças. Os pensadores raquíticos, os pensadores de lamparinas, tecem e requentam as raças de livraria, que o viajante justo e observador cordial buscam em vão na justiça da Natureza, onde destaca no amor vitorioso e no apetite turbulento a identidade universal do homem. A alma emana, igual e eterna, dos diversos em forma de cor. Peca contra a humanidade aquele que fomenta e propaga a oposição e o ódio das raças. Mas na mistura dos povos, na aproximação de outros povos diversos, se condensam caracteres peculiares e ativos de ideias e de hábitos, de expansão e aquisição, de vaidade e de avareza, que do estado latente e preocupações nacionais poderiam, em um período de desordem interna ou precipitação de caráter acumulado do país, transformar-se numa grave ameaça para terras vizinhas, isoladas e frágeis, que o país forte declara precedouras e inferiores. Pensar é servir. Nem devemos supor, por antipatia de aldeia, uma maldade inata e fatal do povo louro do continente, porque não fala nosso idioma, nem vê a casa como nós a vemos, nem se assemelham a nós em seus defeitos políticos, que são diferentes dos nossos; nem tem em altura conta os homens biliosos e morenos, nem olha com caridade, de sua iminência ainda insegura, aos que, com menos favor da História, sobem em lances heróicos o caminho das repúblicas; nem devem esconder-se os dados patentes do problema que se pede resolver, para a paz dos séculos, com o estudo oportuno e a união tácita e urgente da alma continental. Porque já soa o hino unânime; a geração atual leva às costas, pelo caminho adubado pelos pais sublimes, a América trabalhadora; do Bravo⁵⁷ a Magalhães⁵⁸, sentado no lombo do condor, espalhou o Grande Semi, pelas nações românticas do continente e pelas ilhas doloridas do mar, a semente da América nova!

El Partido Liberal, México, 30 de janeiro de 1891.

Obras Completas, Vol. 6, p. 15-23.

⁵⁷ O Rio Bravo situa-se na fronteira entre o México e os Estados Unidos. (N.T.)

⁵⁸ O Estreito de Magalhães localiza-se na extremidade sul do continente, entre a Patagônia e a Terra do Fogo. (N.T.)

ANEXO II: Emenda Platt⁵⁹

A Emenda Platt, 1902

O presidente dos Estados Unidos fica autorizado pela presente a “deixar o governo e o controle da ilha de Cuba ao seu povo”⁶⁰, tão logo tenha sido estabelecido na dita ilha um governo sob constituição que, seja como parte dela ou como num decreto a ela anexo, defina as relações futuras entre Cuba e os Estados Unidos, substancialmente como se segue:

1. Que o governo de Cuba jamais celebre tratados ou outros convênios com qualquer potência ou potências estrangeiras, os quais podem prejudicar ou tender a prejudicar a independência de Cuba, nem de modo algum autorize ou permita que qualquer potência ou potências estrangeiras obtenham, por colonização ou para finalidades militares, navais ou outras, ocupação ou controle de qualquer porção da dita ilha.
 - A) Que o dito governo não assuma ou contraia nenhuma dívida pública para cujo pagamento de juros, e a constituição de qualquer fundo razoável de amortização para resgate final, as rendas ordinárias da ilha, depois de custeadas as despesas correntes do governo, sejam insuficientes.
 - B) Que o governo de Cuba consinta que os Estados Unidos possam exercer o direito de intervir a fim de preservar a independência cubana e a manutenção de um governo adequado à proteção da vida, da propriedade e da liberdade individual, e ao cumprimento das obrigações concernentes a Cuba que foram impostas pelos Estados Unidos pelo Tratado de Paris, a serem agora assumidas pelo governo de Cuba.

⁵⁹ Extraído de Gott (2006, pp. 366-367).

⁶⁰ Grifo do autor.

- C) Que todos os atos dos Estados Unidos em Cuba durante sua ocupação militar sejam por meio desta ratificados e validados, e que todos os direitos legais adquiridos sob os termos aqui mencionados sejam mantidos e protegidos.
- D) Que o governo de Cuba execute e, na medida em que for necessário, estenda os planos já traçados ou outros planos a serem mutuamente conveniados para o saneamento das cidades da ilha, a fim de que a recorrência de doenças epidêmicas e infecciosas possa ser evitada, garantindo deste modo proteção ao povo e ao comércio de Cuba, assim como ao comércio dos portos meridionais dos Estados Unidos e dos povos neles residentes.
- E) Que a Ilha dos Pinheiros seja omitida das fronteiras constitucionais propostas de Cuba, a propriedade desta sendo deixada a futuro a ser acertada por tratados.
- F) Que, para dar condições aos Estados Unidos de manter a independência de Cuba e proteger o seu povo, assim como para sua própria defesa, o governo de Cuba venda ou arrende aos Estados Unidos as terras necessárias para abastecimento de carvão e postos navais em certos pontos especificados, a serem acordados com o presidente dos Estados Unidos.